

**Demonstrações
Financeiras 2020**



Evoluir nos define.

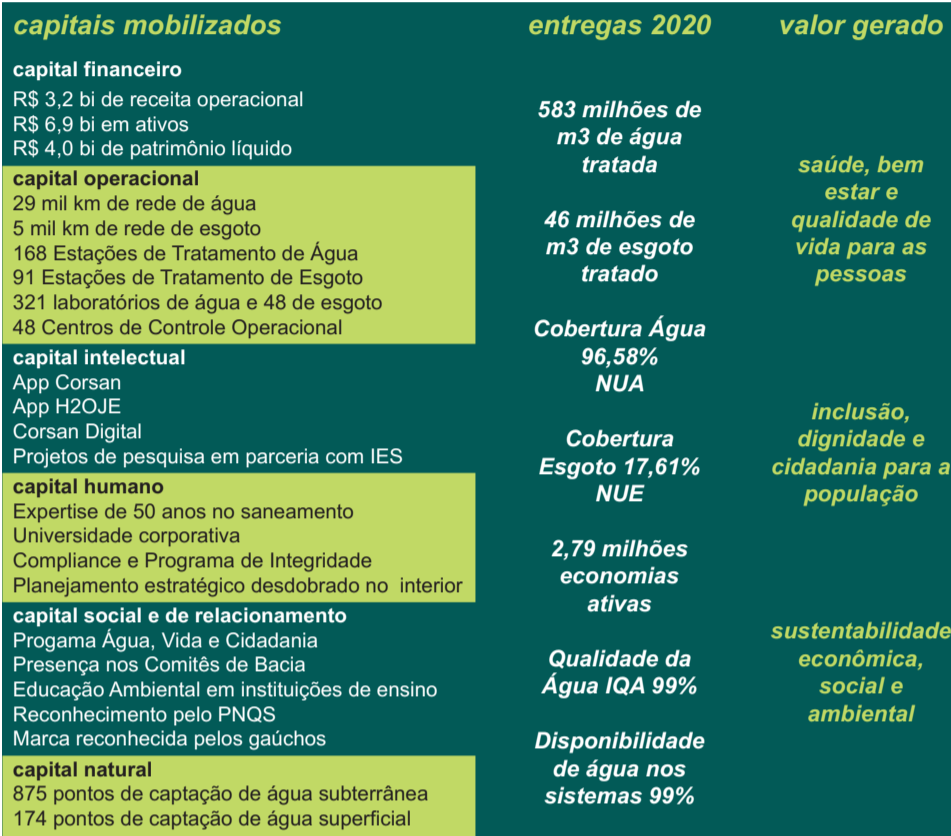


Mensagem da Administração

O ano de 2020 vai deixar marcas profundas na sociedade. Os desafios impostos pela crise sanitária mundial com a pandemia de Covid-19 vêm exigindo maturidade de todos os setores para equacionar adversidades e alternativas, e implementar soluções. No Rio Grande do Sul, no início do ano uma grave estiagem comprometeu o abastecimento em boa parte do Estado. Com agilidade, a Corsan zelou pela segurança hídrica e contribuiu de forma decisiva para a saúde dos gaúchos, garantindo água para a manutenção da higiene necessária no combate ao coronavírus. A empresa avançou também para a universalização da coleta e tratamento de esgoto, com a implementação prática de sua primeira PPP do Saneamento. A Companhia deu seguimento ao cronograma para a ampliação da cobertura de esgotamento sanitário em nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, sistemas que hoje já estão sendo operados pela empresa parceira. Internamente, organizou-se para possibilitar o teletrabalho para boa parte de seus quase 6 mil empregados, preservando qualitativa e quantitativamente processos e resultados. Em meio a tantas urgências, o saneamento nacional passou a ser balizado por novas regras, a partir da promulgação do Marco Legal, em julho passado. Nesse cenário pleno de desafios, a Corsan soube dar respostas assertivas, sedimentando de forma cada vez mais sólida uma transformação que já vinha ocorrendo em toda a empresa, com o aprimoramento de processos de gestão, inovação tecnológica, capacitação e sustentabilidade em vários níveis. A essência desse movimento interno foi traduzida no reposicionamento de marca da empresa, que expressa no conceito "Evoluir nos define" o atual momento da Companhia. Com um sólido arcabouço de mais de meio século de experiência em saneamento básico, a Corsan assume interna e externamente essa transformação, acelerando entregas, investindo em novas tecnologias e novos negócios e posicionando-se como empresa de soluções ambientais. Alinhada ao propósito da eficiência e tendo como diretriz a excelência, a Companhia mobilizou seu capital humano, social, intelectual e financeiro na construção de um caminho sólido para enfrentar com vigor os desafios presentes e futuros, incluindo o protagonismo em um mercado cada vez mais competitivo. Nesse sentido, a governança corporativa vem sendo aperfeiçoada com a atualização de ferramentas promotoras da ética e da transparência, que foram consolidadas a partir do lançamento do programa Corsan Integra. Sabemos que está em nossas mãos construirmos um salvo-conduto para o futuro, e que esse movimento será o resultado da apropriação coletiva dessa carta de navegação, a partir do compartilhamento de metas, processos e resultados. Entre tantos desafios, o trabalho desenvolvido em 2020 abriu um leque de possibilidades que nos estimula e nos determina.

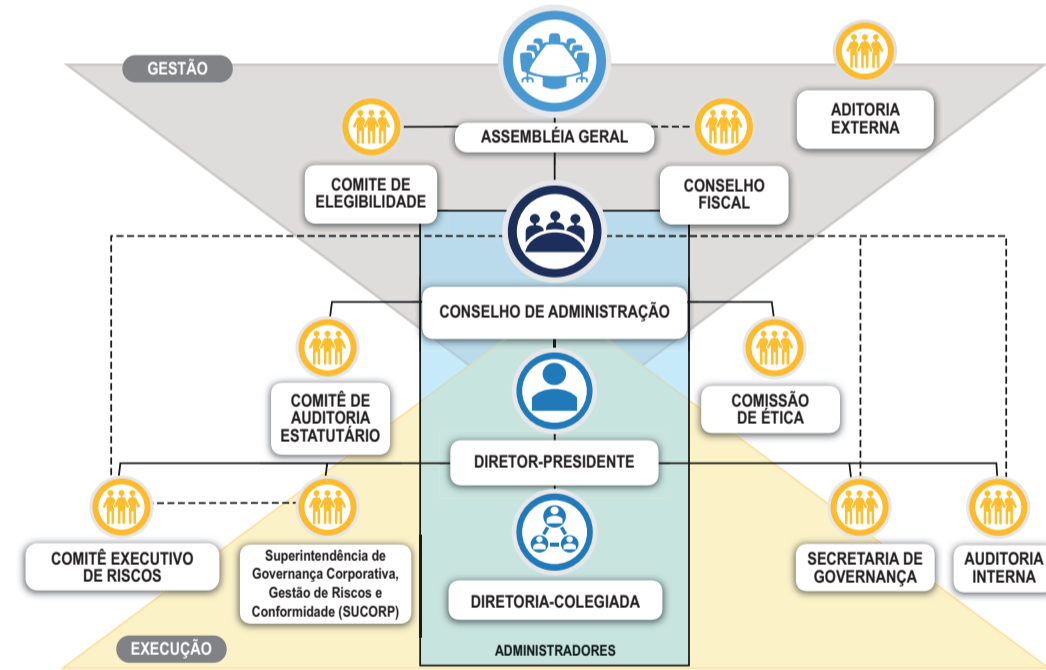
O que nos define: capitais, entregas e valor

A Corsan, Companhia Riograndense de Saneamento, opera em regime de sociedade de economia mista sob o controle acionário do Governo do Estado. A empresa tem a concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em 317 municípios gaúchos. Essa cobertura assegura-lhe a posição majoritária no mercado estadual, com capilaridade e abrangência superiores a 60% dos consumidores. A qualidade dos serviços prestados, no decorrer de mais de cinco décadas, levou a companhia a ser reconhecida pela população, pela sociedade e pelo governo como o principal agente das políticas públicas nos eixos água e esgoto na sua área de atuação. A Corsan foi criada nos anos de 1960 com o desafio de levar água potável à população do Rio Grande do Sul, missão esta atribuída a todas as companhias de saneamento da época. Desde então, muito se fez para que, hoje, a universalização no eixo água seja uma realidade para a maioria das concessionárias do setor. Em contrapartida, para assegurar quantidade e qualidade de matéria prima, tornou-se evidente que o caminho a trilhar não escaparia do cuidado com a água do início ao fim do seu ciclo. O reconhecimento de tal necessidade, ao longo dos anos, traduziu-se em novo desafio: a universalização no eixo esgoto. Manter a credibilidade no abastecimento de água, acesso já universalizado em sua área de atuação, e atingir a universalização em esgotamento sanitário - esse binômio tem sido o norte dos investimentos da Corsan, em todos os capitais mobilizados na condução de seus negócios.



Governança

No ano de 2020, foram consolidados princípios e práticas de governança corporativa adotados e aprimorados pela Corsan, criando estes que contribuíram para divulgar e fortalecer a transparência da gestão. O arcabouço normativo foi atualizado, mediante a revisão e a criação de políticas institucionais e regimentos. Para robustecer os processos de governança, instituiu-se uma Secretaria de Governança Corporativa – SGC para prestar assessoramento e apoio à alta administração e demais órgãos colegiados da Companhia. Ademais, reforçou-se a Superintendência de Governança Corporativa, Gestão de Riscos e Conformidade, com vistas a uma completa revisão e atualização das políticas corporativas e mecanismos voltados a tais temas. Ainda, foi criado um Comitê Executivo de Riscos – CER, responsável por instituir, executar e acompanhar planos de ação para mitigação dos principais riscos corporativos. Em conformidade com a transparência e frente às exigências do Novo Mercado, foi incorporada ao website da Corsan (<https://www.corsan.com.br>) seção específica para a Governança Corporativa, centralizando as políticas da Companhia, os mecanismos de gestão de riscos e controles internos, os instrumentos de integridade, além das informações societárias e regulatórias.



Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos

A ética e a transparência fazem parte dos valores corporativos da Corsan. Dessa forma, a prioridade é atuar sempre orientada, pelo trinômio: ética, integridade e transparência. Em 2020, foi lançado o Corsan Integra, programa de integridade da Companhia, que abrange um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate à corrupção e fraudes, em consonância com: a Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Estadual nº 15.228/2019 e o Decreto Estadual nº 55.631/2020.



O Corsan Integra objetiva orientar colaboradores da empresa a atuarem para zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações e instrumentos organizacionais, preservando ativos, imagem, integridade e demais valores éticos da Companhia. Os principais instrumentos que compõem o programa são:

Código de Ética e Conduta: revisado em 2020, o Código de Ética e Conduta fundamenta-se nos valores corporativos da Corsan e busca contemplar as especificidades da Companhia, apresentando princípios, valores éticos e compromissos a serem observados por todos que atuam na empresa ou a representam: acionistas, administradores, colaboradores (aprendizes, estagiários, empregados, conselheiros e membros de comitês) e parceiros comerciais.

- Políticas de Integridade:**
- Política de Integridade e Conformidade
 - Política Anticorrupção
 - Política de Contratação de Terceiros
 - Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro
 - Política de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual
 - Política de Brindes e Presentes
 - Política de Patrocínios

Canal de Denúncias: meio utilizado pelos públicos interno e externo para denunciar eventuais irregularidades passíveis de violar o Corsan Integra.



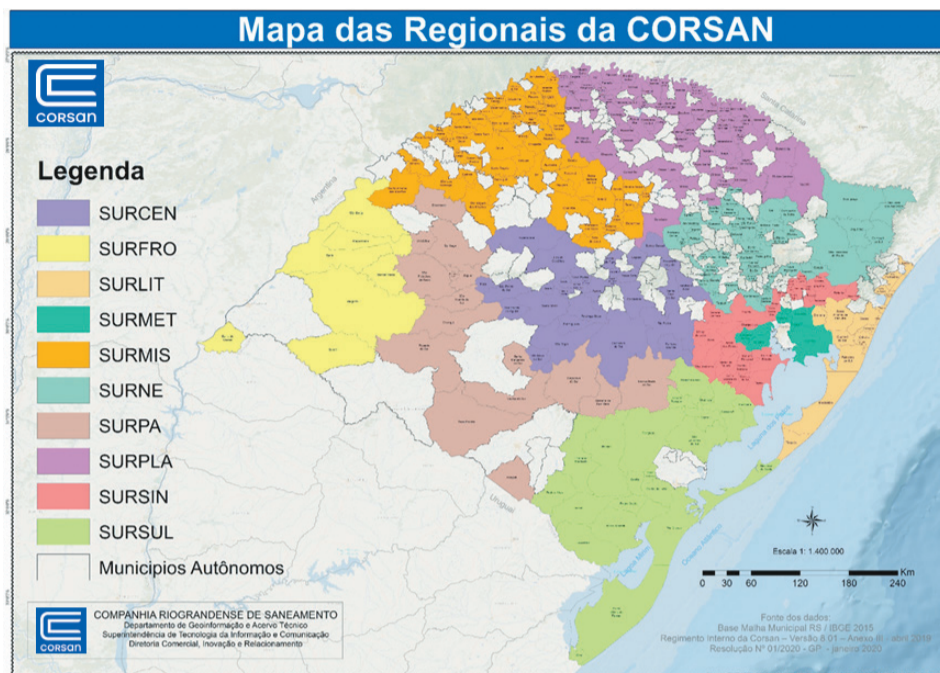
Diligências de Integridade: o estabelecimento de relações com terceiros deve ser precedido de diligências adequadas ao perfil dos diferentes públicos de interesse da Corsan. Dessa forma, é possível avaliar previamente entidades pesquisadas com a sociedade, certificando-se de que não há situações impeditivas ao relacionamento.

Aplicação de Penalidades: as infrações disciplinares cometidas por empregados podem ensejar a aplicação de sanções, notadamente as dispostas no Regulamento Disciplinar da Corsan, além das legais cabíveis. Continuamente, a Corsan amadurece a Governança Corporativa, aprimorando seus mecanismos de gerenciamento de riscos e envolvimento das partes interessadas nas ações de integridade em sintonia com a estratégia do negócio. No final de 2020, a empresa aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos, requisito para obtenção do selo Empresa Limpa. Esse selo é vinculado ao Programa Pró-Ética, da Controladoria-Geral da União (CGU), que destaca empresas comprometidas com a integridade.

Gestão de riscos: a matriz de riscos corporativos da Corsan, revisada anualmente pelo Conselho de Administração da empresa, passou por atualizações em sua versão 2020: foram readequadas as nomenclaturas de alguns riscos e realizada a reavaliação da probabilidade e impacto de todos. Procedeu-se também a atualização da Política e Manual de Gestão de Riscos e Controles Internos, com base na norma ABNT NBR e ISO 31000:2018, melhores práticas de governança corporativa e Novo Mercado. Ainda durante o ano de 2020, foi instituído o Comitê Executivo de Riscos (CER), equipe multidisciplinar que tem o propósito de apoiar a alta administração e a área de gestão de riscos na execução de ações de mapeamento, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos, na análise e no monitoramento dos controles internos, com o objetivo de mitigar riscos existentes, especialmente aqueles com maior probabilidade e impacto. O comitê também atua para promover a disseminação da cultura de gestão de riscos em todas as áreas estratégicas da Companhia.

Regionalização

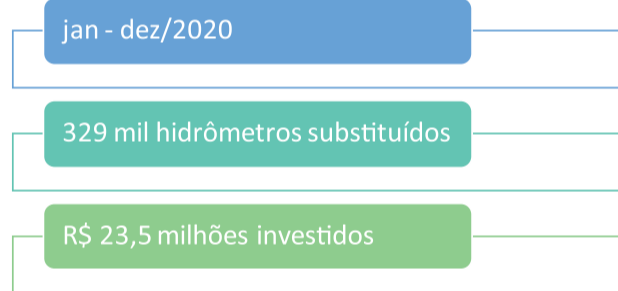
Embora seja uma empresa de abrangência estadual, a Corsan mantém-se próxima dos municípios por meio de uma gestão regionalizada cujo principal traço é o alinhamento das singularidades locais às diretrizes estratégicas corporativas. As dez superintendências regionais cobrem todo o território do Rio Grande do Sul, e são responsáveis por conduzir as políticas operacionais e comerciais, acompanhar a realização dos investimentos; manter o diálogo com as lideranças locais; e subsidiar a tomada de decisão da alta administração com dados reais sobre o dia a dia da prestação dos serviços e do relacionamento com clientes, fornecedores, poder concedente e demais stakeholders do negócio.



	economias ativas água dez/2020	economias ativas esgoto dez/2020	faturamento total ano 2020
SURCEN	315.922	95.722	R\$ 360.256.143
SURFRO	74.631	17.233	R\$ 86.395.495
SURLIT	246.657	62.903	R\$ 256.543.435
SURMET	577.032	172.465	R\$ 702.876.943
SURMIS	297.561	31.595	R\$ 354.176.617
SURNE	391.425	11.455	R\$ 434.192.166
SURPA	97.125	6.504	R\$ 98.827.086
SURPLA	379.839	33.137	R\$ 415.170.857
SURSIN	197.967	1.220	R\$ 227.213.579
SURSUL	210.551	33.632	R\$ 225.521.854

Tarifa consumo e segmentação da carteira de clientes

A Corsan pratica a tarifa consumo composta, cujo faturamento dos serviços subdivide-se em uma parcela fixa (serviço básico) e uma variável (serviço água/esgoto). A parcela variável destina-se a cobrir gastos com insumos para produção, tratamento e distribuição da água, coleta e tratamento do esgoto; a parcela invariável cobre os custos fixos de operação dos sistemas, manutenção da infraestrutura, administração e gestão, além da amortização dos investimentos. Do ponto de vista da sustentabilidade, a estrutura tarifária responde com adequação e modicidade, visto que estimula o uso racional da água, bem como cobra do usuário conforme seu gasto.



Para assegurar a sustentabilidade tarifária, a empresa é constantemente demandada a investir na aquisição e recuperação de medidores, não apenas para suprir o crescimento vegetativo e a idade mínima dos equipamentos (cinco anos de instalação), mas também para manter o parque de hidrômetros bem dimensionado e em boas condições de uso, sob pena de comprometer a receita em decorrência de micromedidação. Quanto aos diferentes perfis de consumidores atendidos pela Companhia, a equanimidade, a inclusão e o fomento são assegurados via tarifa, mediante a segmentação da carteira de clientes de acordo com a natureza da atividade exercida, categorizados da seguinte forma:

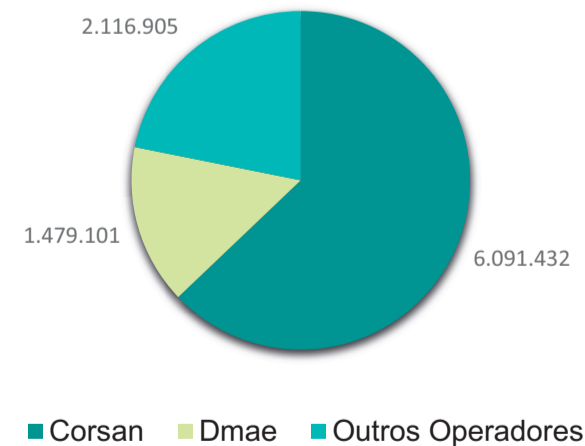
- Categoria Residencial Básica:** unidades ocupadas para fins exclusivamente residenciais.
- Categoria Residencial Social:** unidades residenciais e bicas públicas com subsídio tarifário de 60% concedido a imóveis ocupados por famílias de comprovada baixa renda.
- Categoria Empresarial:** unidades destinadas à atividade econômica em geral – comércio, indústrias e órgãos públicos. No que se refere à atividade comercial, os pequenos empreendimentos contam com um fomento, por meio da subcategoria C1, cujo valor equivale ao da tarifa residencial básica.

Cerca de 90% das economias da Corsan são residenciais
Menos de 2% das economias residenciais são subsidiadas
Mais de 50% das economias comerciais são subsidiadas

Mercado concorrencial e regulado

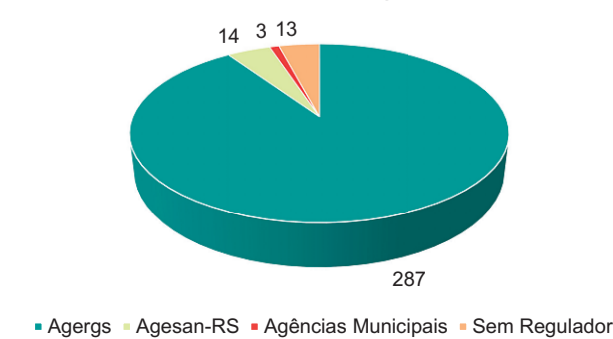
A Corsan é concessionária dos serviços de água e esgoto em 317 dos 497 municípios gaúchos, atendendo a uma população de mais de 6 milhões de pessoas, números que lhe asseguram a posição de maior operadora de saneamento básico no Rio Grande do Sul. Mesmo sem a concessão na capital e em outros municípios populosos como Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Pelotas, a Companhia opera nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e da serra, além de ter capilaridade em todas as regiões do Estado, garantindo assim escala ao negócio por conta do subsídio cruzado.

População Atendida SNIS



Quanto ao ambiente concorrencial no setor do saneamento, este vem sendo substancialmente remodelado desde o advento das Leis Federais 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) e, mais recentemente, da Lei 14.026, promulgada em 15 de julho de 2020. A alteração decorrente do novo marco do saneamento traz uma realidade inédita para a Corsan, vez que impõe alterações nos pactos existentes, tais como novas metas de expansão dos serviços e de redução de perdas na distribuição de água tratada; a necessidade de comprovação da capacidade econômico-financeira para as contratações já efetivadas; metas para compatibilização aos níveis de universalização dos serviços públicos, exigindo enfim a negociação e a repactuação dos Contratos assinados com os Municípios. Visto que as adequações propostas pela Lei nº 14.026/2020 deverão ser efetivadas até março de 2022, tal demanda tem estatuto prioritário nos objetivos da Companhia, considerando-se os impactos na estabilidade financeira da empresa. Mesmo ante a pendência de análise por parte do Congresso Nacional, em relação aos vetos presidenciais a dispositivos da Lei nº 14.026/2020, a Corsan vem se estruturando para a adequação dos contratos, com foco no direito regulatório de saneamento, na análise dos impactos do novo marco nas operações da Companhia, bem como na conformidade dos instrumentos contratuais que regerão a nova relação entre a concessionária e os titulares dos serviços de saneamento.

Municípios por Regulador



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2020

Quanto à regulação dos serviços, apesar do novo papel da Agência Nacional de Águas (ANA) como definidora de diretrizes e parâmetros em nível macro, em termos práticos, o trato regulatório se concretiza, e tende a assim permanecer, na esfera local, mais próxima das concessionárias. No caso da Corsan, a regulação técnica e econômico-financeira está a cargo de cinco agências, cuja autonomia e soberania merecem especial atenção para que não seja ferido o princípio da isonomia nas relações com os usuários de todo o Estado.

Evoluir nos define - posicionamento no mercado e estratégia

A realidade socioambiental dos anos 1960, quando foi criada a Corsan e outras companhias estaduais, era muito diferente da que se vive no Brasil de hoje. Na época em que o desafio era levar água potável ao maior número de torneiras, as estações se consolidaram como fornecedoras de infraestrutura (desde captações e estações de tratamento, até redes de distribuição). Naquela perspectiva, o valor gerado para a sociedade era a entrega de ativos.

Em um segundo momento, especialmente marcado pela Lei Federal 11.445/2007, as companhias de saneamento, dentre elas a Corsan, passaram a ser reconhecidas como prestadoras de serviços, cujo valor gerado para o usuário é o acesso ao saneamento (água e esgoto), com qualidade e regularidade na entrega dos produtos.

Para a Corsan, o ano de 2020 inaugurou um terceiro momento: a Companhia lançou um novo olhar sobre seu modelo de negócio. Um olhar voltado para as pessoas (clientes ou não) e para a promoção de bem-estar. Nesse horizonte, além de prestar o serviço e entregar o produto, a empresa se reconhece como provedora de soluções ambientais, visto que saneamento e meio ambiente são indissociáveis. Tal inflexão reforça o valor gerado para a sociedade em seus principais eixos: qualidade de vida, dignidade humana, sustentabilidade socioambiental, inclusão e cidadania.

Rebranding Corsan

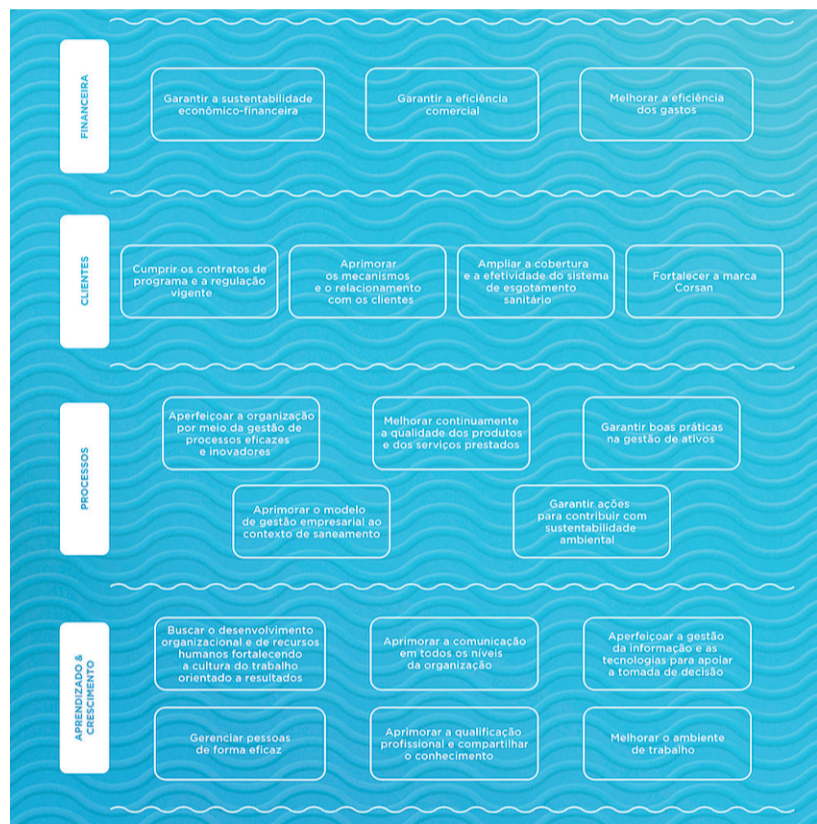
As companhias de saneamento vivenciam processo de realinhamento de seus negócios, provocado pela elevação do grau de exigência em relação ao nível dos serviços prestados, expresso, em última análise, no novo marco legal. Tal cenário carrega não apenas mudanças de paradigma internas ao negócio, mas também a necessidade de reposicionamento nas estratégias de atuação e de imagem. A Corsan, que já trilha o caminho dessa transformação, ao trabalhar o redesenho de seus serviços e produtos, buscar a inovação de seus processos e priorizar a maior produtividade e eficiência, passa agora a adotar estratégia de rebranding, ajustando a comunicação com seus principais públicos à nova ótica do mercado.

Revisão da Estratégia

No que se refere ao Planejamento Estratégico, a Corsan adota o modelo BSC – Balance Score Card, segundo o qual a estratégia é revisada a cada quatro anos. Tendo em vista que a última revisão ocorreu em 2015, a atual orientação teria vigência até 2019. Entretanto, considerando o horizonte de desafios e perspectivas sem precedentes no setor de saneamento, a alta direção julgou necessário realizar uma revisão mais ampla, alinhando inclusive o desenho de negócio da empresa à nova configuração do mercado. Como a conclusão do cronograma da revisão está previsto para 2021, ao longo de 2020 mantiveram-se as diretrizes e referências anteriores.

Identidade e Visão de Futuro

MISSÃO	Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas.
VISÃO	Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender 70% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus serviços e produtos e pela consolidação de novos negócios.
VALORES	Sustentabilidade - Responsabilidade social - Ética - Transparência - Produtividade, segurança e eficiência - Gestão comparilhada - Valorização das pessoas - Integração entre as áreas



Monitoramento e desdobramento da estratégia

O atingimento dos objetivos estratégicos é monitorado pela área de planejamento em ciclos de 60 dias, mediante reuniões de trabalho com as diretorias e regionais. Nessas rodadas, analisam-se a execução dos planos de ação, o cumprimento dos pactos firmados no Acordo de Resultados e o atingimento das metas dos Indicadores Estratégicos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS 2020

PERSPECTIVA FINANCEIRA		
Objetivo	Indicador	Unidade
1. Garantir a sustentabilidade econômico-financeira	EFI024 Margem de investimentos com recursos próprios	%
	EFD009 Arrecadação Geral	Milhões de R\$
	EFD112 LAJIDA	Milhões de R\$
2. Garantir a eficiência comercial	CME035 Eficiência Comercial	Pontos
	EFI025 Razão Operacional	%
3. Melhorar a eficiência dos gastos	EFI123 Margem energia elétrica	%
	EFI003 Margem pessoal próprio	R\$
PERSPECTIVA CLIENTES		
Objetivo	Indicador	Unidade
4. Cumprir os contratos de programa e a regulação vigente	CME025 - NUA IBGE	%
	CME026 - NUE IBGE	%
5. Aprimorar os mecanismos e o relacionamento com os clientes	CME032- Índice de reclamação de problemas	Recl./1000 lig.
	PEC005 - Satisfação do cliente	Nota
	PRP033 - Tempo médio de atendimento ao cliente	Horas
6. Ampliar a cobertura e a efetividade do sistema de esgotamento sanitário	Ligações factíveis de esgoto disponibilizadas pela DEXP	Ligação
	Notificação de ligação esgoto	Notificação
	PEC001 - Ranking Top Of Mind (Empresa Pública Eficiente)	%
	PEC002 - Ranking Jornal do Comércio Marcas de Quem Decide - Mais Lembrada	%
7. Fortalecer a marca CORSAN	PEC003 - Ranking Jornal do Comércio Marcas de Quem Decide - Preferida dos Gaúchos	%
	PEC004 - Imagem da Corsan na pesquisa de satisfação	Nota
PERSPECTIVA PROCESSOS		
Objetivo	Indicador	Unidade
8. Aperfeiçoar a organização por meio da gestão de processos eficazes e inovadores	PRP029-Índice de perdas na distribuição - IPD	%
	EFI119 - Índice de medição dos investimentos em expansão de SAA e SES com recursos captados do PAC	%
	EFI120 - Índice de execução anual dos investimentos com rec. próprios e de terceiros em expansão de SAA e SES	%
9. Melhorar continuamente a qualidade dos produtos e dos serviços prestados	PRP025 - IQA Microbiológico	%
	PRP026 - IQA Físico-químico	%
	PRP021 - IQE Índice de qualidade do esgoto tratado	%
10. Garantir boas práticas na gestão de ativos	COE038 - Novas ligações de esgoto	Ligação
	PRP031 - Reabilitação de redes de água (por substituição)	%
11. Aprimorar o modelo de gestão empresarial ao contexto do saneamento	PAO003 - Regularidade dos contratos de programa	%
	PAO012 - Índice de adução em ETA com sistema de tratamento de lodo	%
12. Garantir ações para contribuir com a sustentabilidade ambiental	SOC001 - Estações Tratamento Esgotos Licenciadas	%
	PAO011 - Índice de adução em ETA licenciada	%
PERSPECTIVA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO		
Objetivo	Indicador	Unidade
13. Buscar o desenvolvimento organizacional e dos recursos humanos fortalecendo a cultura do trabalho orientado a resultados	PES002- Produtividade de pessoal para SAA e SES	Lig./Emp.
14. Aprimorar a comunicação em todos os níveis da organização	Você se sente bem informado(a) sobre o que acontece na CORSAN?	Pesquisa
	Satisfação Geral Comunicação	Pesquisa
15. Aperfeiçoar a gestão da informação e as tecnologias para apoiar a tomada de decisão	As informações necessárias para o desenvolvimento das suas atividades chegam a você com antecedência?	Pesquisa
16. Gerenciar pessoas de forma eficaz	PES017 - Horas Extra por Empregado	Horas/Emp.
	Índice de ações trabalhistas	%
17. Aprimorar a qualificação profissional e compartilhar o conhecimento	PES020 - Oportunidades de Capacitação por Empregado	Capacitação por Empregado
	PES021 - Cursos com Instrutoria Interna	%
18. Melhorar o ambiente de trabalho	Satisfação Geral com o Ambiente Físico	Nota

O desdobramento da estratégia em nível regional ocorre por meio de planos de ação no modelo SW2H, cuja execução é monitorada pela área de planejamento da empresa. Em janeiro de 2020, foi firmado Acordo de Resultados com os superintendentes regionais e gestores de unidades, como instrumento norteador de ações e resultados para a concretização do Planejamento Estratégico da Corsan, em alinhamento com os compromissos assumidos junto ao Governo do Estado. O propósito do pacto é promover aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos serviços prestados, equilíbrio econômico-financeiro, satisfação dos usuários e compatibilização da estratégia gerencial em todos os níveis da organização. A avaliação dos gestores, segundo o desempenho em relação ao estabelecido no Acordo, ocorre em cascata: os gestores de unidade são avaliados pelos superintendentes regionais e estes, pela área de planejamento, vinculada à presidência.

Em 2020 foi implantado também o desdobramento do Planejamento Estratégico nas Diretorias, por meio de planos de ação alinhados aos das Superintendências Regionais, Departamentos, Coordenadorias e Microregiões. O desdobramento nas Diretorias tem como objetivo qualificar e apoiar as ações regionais sob o ponto de vista corporativo para que seja possível atingir os objetivos estratégicos. O acompanhamento das ações estratégicas é feito por meio de reuniões, quando é detalhado o desenvolvimento de cada ação, a partir de discussões sobre as dificuldades, benefícios e resultados positivos.

Além dos planos de ação, a empresa conduz temas transversais por meio de Projetos Estratégicos, utilizando a metodologia PMO - Project Management Office em seu gerenciamento.

PROJETOS ESTRATÉGICOS MONITORADOS EM 2020

Implantar sistema de georreferenciamento – SCTGEO
Implantar sistema de gestão eletrônica de documentos no âmbito de toda a Corsan
Implantar modelo de gestão do conhecimento orientado a resultados
Implantar sistema de planejamento, orçamento e gestão estratégica – SISPLAN
Capacitar estações de tratamento de esgotos para receber efluentes externos
Comercialização especial em imóveis com fonte alternativa
Elaborar planos de segurança da água em 18 sistemas de abastecimento de água
Estruturação e modelagem do projeto PPP
Implantar a prestação serviços de sistema misto e individual como solução para esgotamento sanitário
Implementar o programa de comunicação integrada (PCI)
Água, vida e cidadania
Ajustar a estrutura tarifária aos serviços prestados
Aprimorar a gestão da segurança patrimonial
Implantar plano integrado de gestão de perdas
Implantar uma política de gestão do parque de hidrômetros
Melhorar a eficiência energética
Eficiência energética operacional
Modelagem e Implantação de Geração Distribuída
Redução de perdas com contrato de performance
Redução de perdas com execução própria dos serviços de eficiência operacional
Aperfeiçoar os processos de tratamento e controle analítico
Desenvolvimento de uma sistemática de gestão da manutenção civil de estruturas hidráulicas de SAA e SES
Implantação de política para gestão da manutenção eletromecânica
Implantação do novo sistema ERP
Implantar automação e centros de controle de sistema operacional – CCOS
Implementar gestão dos resíduos sólidos das ETAS e ETES
Implementar programa de gestão patrimonial
Implementar a gestão da qualidade nos processos de tratamento de água e esgotos
CORSAN Digital
Qualificação da comunicação interna da CORSAN
Aprimorar o processo de regularização fundiária

PRINCIPAIS ENTREGAS DOS PROJETOS EM 2020

Corsan Digital: Projeto em andamento, visando a melhor atender o usuário final criando novos canais de relacionamento e modernizando processos de atendimento ao cliente, tanto por meio digital quanto em ambientes de acolhimento ao usuário. Em 2020 foi entregue a primeira unidade de atendimento inteligente, em Santa Cruz do Sul, instalados 135 equipamentos de aut atendimento em diversas Unidades de Saneamento, além da integração do chatbot (robô virtual de atendimento ao público) com o Facebook institucional.

Implantar política de gestão do parque de hidrômetros: Projeto em andamento que visa à implementação de uma política de gestão da hidrometragem de consumidores baseada em critérios de performance. Desde o início das atividades até dezembro de 2020, já foram instalados ou substituídos 957.638 medidores, superando 70% da meta estabelecida.

Implantar sistema de georreferenciamento – SCTGEO: O lançamento do Sistema Geoportall garantiu a precisão das informações no apoio aos serviços operacionais e de atendimento ao cliente, aumentando a produtividade e a agilidade dos serviços prestados nas Unidades de Saneamento. Já são mais de 2,9 milhões de ligações do sistema comercial da Corsan integradas ao sistema.

Estruturação e modelagem do projeto PPP: Projeto concluído em 2020, cujo objetivo foi realizar o Procedimento de Manifestação de Interesse e Modelagem da PPP para o segmento Esgotamento Sanitário. A principal entrega foi a contratação da Parceria Público Privada – PPP em nove municípios da Região Metropolitana. A licitação foi concluída em dezembro de 2019 e o contrato foi firmado em março de 2020.

Implantar a prestação serviços de sistema misto e individual como solução para esgotamento sanitário: Projeto em desenvolvimento, tendo como principal objetivo aumentar o atendimento de serviços de esgotamento sanitário a partir da estruturação e oferta de alternativas economicamente mais vantajosas do que o sistema separador absoluto. A conclusão do projeto executivo da Central de Fossas de Três Passos destaca-se entre as atividades realizadas no exercício de 2020.

Aperfeiçoar os processos de tratamento e controle analítico e Implementar a gestão da qualidade nos processos de tratamento de água e esgotos: ambos os projetos contemplaram uma série de aperfeiçoamentos operacionais: desde alterações de procedimentos até readequações estruturais de prédios e construções de novos laboratórios de água e esgoto, culminando em certificações ISO 17025 e ISO 9001.

Ajustar a estrutura tarifária aos serviços prestados: Projeto concluído em 2020, que permitiu a homologação, junto às agências reguladoras, da cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário, estimulando a conexão dos usuários à rede pública, apoiando a universalização dos serviços.

Implantar plano integrado de gestão de perdas: Projeto concluído em 2020 cujos principais legados foram a realização de diagnósticos operacionais nos 42 maiores sistemas de abastecimento de água e aprovação da política de eficiência operacional e energética dos sistemas de água e de esgoto no programa de gestão de perdas na Companhia.

Implantar automação e centros de controle de sistema operacional – CCO: Projeto em andamento, tendo como objetivo a implantação de Centros de Controle de Sistema Operacional com vistas à melhoria do gerenciamento dos sistemas de água e esgoto. Até agosto de 2020, foram entregues nove Centros.

Melhorar a eficiência energética: Projeto em andamento cuja entrega mais relevante em 2020 foi a migração de 25 unidades consumidoras, das 57 previstas, para o mercado livre de energia, fato que resultou em benefício acumulado de R\$ 3,47 milhões, representando economia média mensal de 16,2%. Com o intuito de melhorar as ações de eficiência, o projeto foi desdobrado em melhorias operacionais e geração distribuída. O primeiro objeto dará continuidade à implantação de projetos de eficiência operacional em mais 24 municípios, com um investimento de 17,7 milhões (melhorias em acionamentos, motores, bombas e adutores) com vistas a melhorar os indicadores de eficiência kWh/m³. A geração distribuída, por sua vez, objetiva um estudo aprofundado da melhor modelagem para aproveitar as fontes renováveis de energia, suprindo assim as unidades de menor consumo da empresa que, individualmente somadas, perfazem montante significativo. Preliminarmente, vislumbra-se aproveitar barragens próprias, além de espelhos d'água para implantação de painéis solares. Também há possibilidade de aproveitamento do potencial de pressão em adutoras por meio da implantação de turbo geradores.

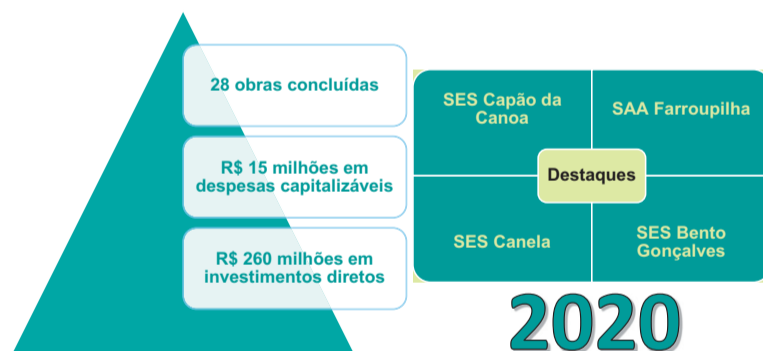
Expansão em Água e Esgoto

Execução de obras de expansão

Em face do impacto direto da pandemia de Covid-19 sobre a execução das obras de expansão em água e esgoto, a Corsan instituiu um comitê de crise para evitar paralisações, assegurar a integridade física dos trabalhadores diretos e indiretos e atender aos Decretos Estaduais referentes à política de distanciamento social.

Amparada pelo estatuto de atividade essencial que caracteriza a captação, o tratamento e a distribuição de água, bem como a coleta e o tratamento de esgoto, a Corsan recomendou às empresas contratadas que dessem seguimento às obras, desde que adotado o Plano de Orientações, Recomendações e Medidas Preventivas para trabalhadores, colaboradores e comunidade local, assim como comprovassem a aplicação de tais orientações. Devido às restrições, as obras continuaram em execução, porém com impacto no cronograma. Limitações de mão-de-obra (grupo de risco) e aumento dos custos dos insumos acarretaram necessidade de reequilíbrio financeiro de muitos contratos.

Outra frente impactada pela pandemia foi o trabalho técnico social realizado junto às comunidades beneficiadas pelos novos empreendimentos. Adaptadas ao formato *online*, as atividades socioambientais vinculadas às obras de expansão prosseguiram, permitindo mitigar consequências no cotidiano dos usuários, bem como orientar a conexão dos imóveis ao sistema público.



Contratação de obras de expansão

Nos últimos anos houve uma significativa melhoria no processo de contratação de obras. A partir da instituição do RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos, a Corsan passou a exigir qualificação técnica-operacional das empresas participantes de licitações e de seus respectivos responsáveis técnicos, bem como quantidades mínimas de serviços executados por aqueles profissionais, com o objetivo de aprimorar a qualificação das licitantes. Em 2020 foi implementado o processo eletrônico de licitações para contratações de obras (ritos ordinários - Lei 13.303/2016). A medida contribuiu para ampliar a concorrência nas disputas, propiciando que novas empresas participem dos processos, aumentando consequentemente a gama de fornecedores qualificados para a prestação de serviços e reduzindo os custos na contratação.

Também em 2020, a Corsan deu o primeiro passo em direção a formas de contratação que possam privilegiar soluções mais efetivas para os sistemas de água e esgoto, a partir da publicação de edital da nova Estação de Tratamento de Água do município de Santa Cruz do Sul. No certame, foi aplicado o conceito de contratação semi-integrada, que abrange, segundo a Lei das Estatais, elaboração e desenvolvimento do projeto executivo, execução de obras e serviços de engenharia, montagem, realização de testes, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Além da vigência da carteira de investimentos com recursos próprios e de terceiros, a Corsan busca constantemente novas fontes de financiamento para viabilização do Plano de Expansão, pois são necessários cerca de R\$ 15 bilhões (entre SAA e SES) para a universalização dos sistemas até 2033, conforme prevê a Lei Federal nº 14.026 de 2020. Neste sentido, foram publicadas duas portarias autorizando a Companhia a captar cerca de R\$ 500 milhões no mercado, beneficiando 12 cidades gaúchas e mais de um milhão de pessoas. Ainda com foco no Plano de Expansão, está em andamento a contratação de serviços para elaboração de estudos de concepção e projetos básicos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com objetivo de buscar novas tecnologias e agilizar a elaboração de processos licitatórios para contratação de novas obras de saneamento que impactam diretamente na saúde, qualidade de vida e no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Parceria Público Privada - PPP RMPA

A Parceria Público Privada na Região Metropolitana de Porto Alegre (PPP RMPA), na modalidade de concessão administrativa, tem como objeto a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, a gestão do parque de hidrômetros e a identificação e eliminação de fraudes pelo prazo de 35 anos, incluindo a complementação das obras de infraestrutura necessárias para atingimento da meta de 87,3% de atendimento em esgoto, no prazo de até 11 anos. Abrange nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA (Canoas, Esteio, Sapucaia, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Guaiaba e Eldorado do Sul).

Os estudos de impacto evidenciaram que, além de uma alternativa de alavancagem de recursos de terceiros para execução das obras de infraestrutura, o modelo proposto contribuirá com eficiência operacional e contribuirá, em médio prazo, para a redução da Razão Operacional sem Receita de Construção (ROP). A universalização nos nove municípios contribuirá com o aumento de 15,77% no NUE corporativo, beneficiando a população da área urbana da região com a melhoria nos indicadores de saúde pública e a qualidade dos recursos hídricos. Contribuirá positivamente com outros indicadores corporativos, destacando-se EBITDA, Índice do Parque de Hidrômetros a Renovar, Satisfação do Cliente e Notificação Ligação Esgoto Corporativo. Estima-se que a população beneficiada seja, em um primeiro momento, de 500 mil pessoas, chegando a 1,7 milhão até o ano de 2055.

Março/20: o contrato foi assinado com a Ambiental Metrosul, SPE integrante do grupo AEGEA, vencedora da licitação com desconto de 27,7% em relação ao preço máximo admissível (R\$ 3,31).

Abril/20: a emissão da ordem de início da concessão dos serviços ocorreu mesmo com as dificuldades impostas pelos protocolos sanitários decorrente da pandemia de Covid-19.

Setembro/20: iniciou-se a primeira fase da transferência operacional com a Metrosul acompanhando a Corsan na operação dos serviços.

Dezembro/20: em segunda fase da transferência operacional, foi emitido o termo provisório de transferência operacional, e a Metrosul assumiu a operação, assistida pela Corsan.

Junho/21: previsão de início da operação definitiva pela Metrosul.

Janeiro/22: implementação do cronograma de obras.

Abastecimento de Água

Enfrentamento à estiagem

A estiagem é questão transitória e relativamente previsível, ainda que não se possa controlar o clima para abastecer os mananciais de acordo com as necessidades das populações. Nessa perspectiva, a Corsan mantém planos de contingenciamento para mitigar efeitos da seca, que abrangem amplo conjunto de ações coordenadas e complementares.

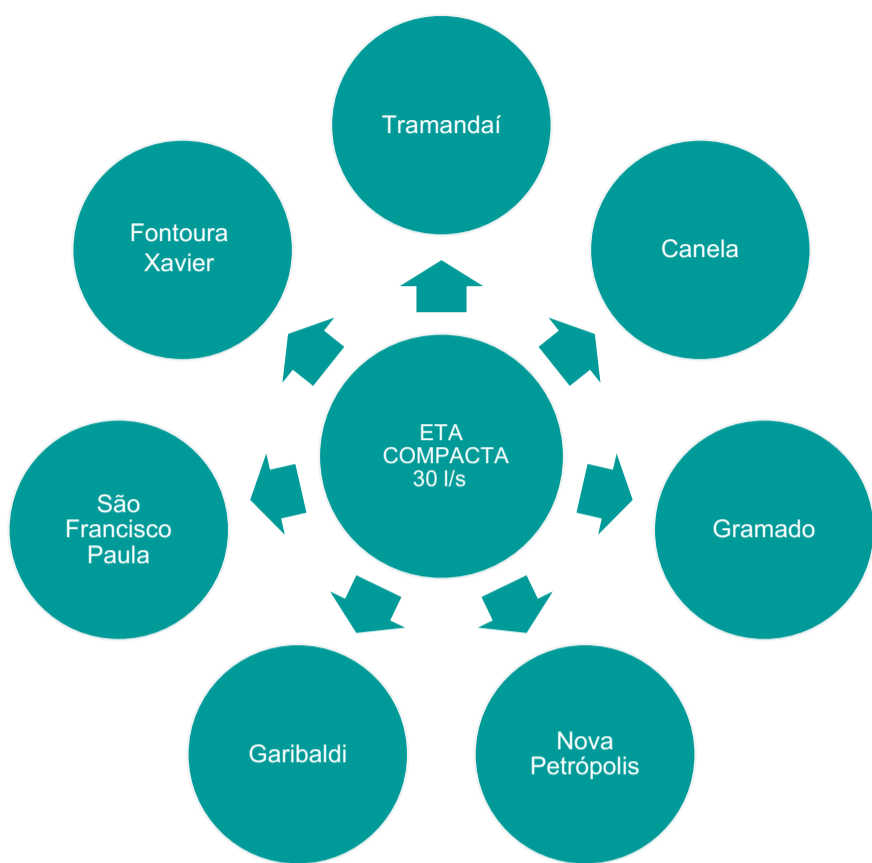
Entretanto, nem sempre as condições climáticas se mantêm dentro dos parâmetros esperados. Em 2020 ocorreu uma das maiores estiagens dos últimos anos. Mais de 75% dos municípios do RS decretaram estado de calamidade pública. A esse cenário, somou-se a ocorrência da pandemia de Covid-19, que reduziu o quadro funcional em função dos grupos de risco. Ainda assim a Corsan manteve o abastecimento de água sem racionamento, graças a ações voltadas para a ampliação da capacidade de tratamento e reservação. Destacam-se as Estações de Tratamento de Água Compactas Metálicas, em situações que demandavam pequenos aportes de volume nos sistemas, bem como a utilização de reservatórios em aço inoxidável. Além disso, a Companhia atuou diretamente na melhoria dos mananciais de captação, com serviços de desassoreamento e remoção da vegetação flutuante de barragens, remoção de lodo de fundo, limpeza das margens e interior dos canais adutores de água bruta, balneirias nas barragens, etc.

Melhorias operacionais

- Aquisição de grupos motor-bomba submersíveis;
- Execução de novos sistemas de adução de água bruta;
- Serviços de engenharia para expansão da automação por telemetria e telecomando;
- Aquisição de rotores de bombas centrífugas;
- Aquisição de painéis/quadros de comando com inversores de frequência;
- Aquisição de tanques estacionários para armazenamento de produtos químicos;
- Aquisição de válvulas redutoras de pressão;
- Ampliação de redes de abastecimento;
- Locação de grupos geradores de energia elétrica;
- Qualificação dos laboratórios;
- Desenvolvimento e implantação do Lodo de ETA 4.0;
- Tratamento mecanizado do Lodo de ETA.

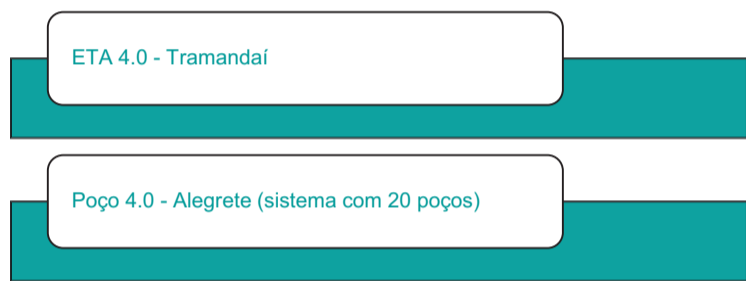
ETA compacta

Com o propósito de ampliar a capacidade de tratamento e criar respostas operacionalmente mais ágeis em determinadas situações, a Corsan passou a adotar Estações de Tratamento de Água compactas, com capacidade média de 30 litros por segundo. Trata-se de estruturas metálicas de menor porte se comparadas com uma ETA usual de concreto, porém bastante vantajosas do ponto de vista da celeridade tanto na aquisição quanto na instalação, desde que respeitados os limites técnicos implicados na sua utilização.



ETA 4.0 e Poço 4.0

No que tange à modernização dos processos, em 2020 a Corsan passa a incorporar a tecnologia 4.0 a partir da implantação de protótipos de estações de tratamento e poços, já em operação. Diferentemente da estação convencional, a ETA 4.0 (quarta geração industrial) articula sistemas, máquinas, produtos e pessoas por meio da automação e de uma plataforma de integração de dados (controle da adição de produtos químicos, análise dos parâmetros de processo, etc.) informando em tempo real a condição operacional da estação aos técnicos e gestores. Quanto ao Poço 4.0, a dinâmica é similar.



Recursos hídricos subterrâneos

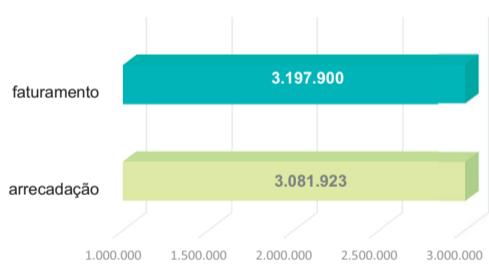
No conjunto de alternativas para o enfrentamento à estiagem, a Corsan ampliou o escopo de utilização das águas subterrâneas. Nesse cenário, a perfuração de poços passou a figurar como solução para muitas comunidades e a ocupar mais espaço no sistema público. Durante o ano, foram perfurados 112 novos poços. Em paralelo, foi implementado um novo modelo de gestão de hidrogeologia na empresa, com foco no aumento da produtividade e qualidade. Além disso, investiu-se na aquisição e modernização dos equipamentos e veículos utilizados na perfuração, o que não apenas estimula a produtividade, mas também reduz despesas operacionais.

Programa Rede Água - cooperação com IES

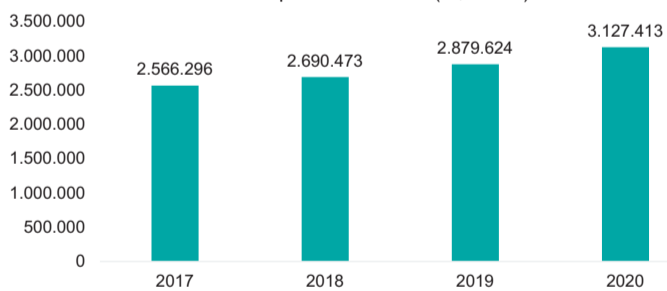
Programa desenvolvido em cooperação com a Universidade Federal do RS (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), cujo objetivo é desenvolver estudos sobre a incidência de agrotóxicos e novos contaminantes em águas destinadas ao consumo humano. As ações consistem em analisar contaminantes emergentes e agrotóxicos em amostras das estações de tratamento da Corsan, bem como em modernizar os métodos analíticos e a própria capacitação técnica dos profissionais da empresa. Os benefícios da cooperação vão além da qualidade do produto final entregue e da garantia da saúde pública, uma vez que promovem o compartilhamento de dados técnicos e históricos para a criação de um banco de padrões analíticos.

Sustentabilidade Econômico-Financeira

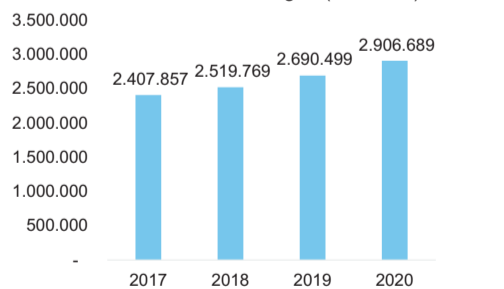
Faturamento X Arrecadação - Acumulado 2020 em R\$ 1000 - fonte: DCIR



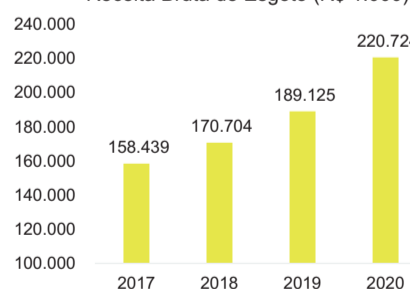
Receita Operacional Bruta (R\$ 1.000)



Receita Bruta de Água (R\$ 1.000)



Receita Bruta de Esgoto (R\$ 1.000)



Desempenho Econômico Financeiro

Receita Líquida

A receita líquida de venda de bens e serviços cresceu 10,7% em 2020 e totalizou R\$ 3,2 bilhões ante R\$ 2,9 bilhões em 2019. O crescimento nominal de R\$ 304 milhões é devido aos seguintes crescimentos: 8% nos serviços de abastecimento de água, 16,7% nos serviços de esgoto e 33% nas receitas de construção.

Custos

Os custos das vendas, serviços e de construção totalizaram R\$ 2,1 bilhões, representando um aumento de 5,2% ou R\$ 103,7 milhões ante R\$ 2,0 bilhões registrados em 2019 em razão do aumento dos custos de pessoal e custos de construção.

Lucro Bruto

O lucro bruto registrado foi de R\$ 1,1 bilhão em 2020 ante R\$ 865,1 milhões em 2019. O aumento nominal de R\$ 200,3 milhões equivalentes a 23,1% é devido ao crescimento de 10,7% das receitas com custos apresentando aumento em patamar inferior (5,2%), o que proporcionou um ganho de margem bruta de 3,4 p.p. (pontos percentuais), passando a margem bruta para 33,8% em 2020 ante 30,4% em 2019.

Receitas e Despesas Operacionais

As receitas operacionais somaram R\$ 370,6 milhões em 2020 contra R\$ 246,7 milhões de despesas operacionais em razão dos seguintes fatores: (i) redução de 3,2% nas despesas comerciais; (ii) 0,9% de aumento nas despesas administrativas; (iii) ganho de R\$ 628,5 milhões nas outras receitas operacionais devido a indenização de imunidade tributária e (iv) aumento de 21,8% nas outras despesas operacionais.

Lucro antes do Resultado Financeiro

O lucro antes do resultado financeiro atingiu R\$ 1,4 bilhão, um aumento de 132,2% acima do lucro antes do resultado financeiro registrado em 2019 que totalizou R\$ 618,4 milhões devido ao bom resultado operacional somado aos ganhos tributários registrados. Desta forma, a margem do lucro antes do resultado financeiro ficou em 45,5% em 2020 contra 21,7% em 2019, registrando um ganho de 23,8 p.p. no ano.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 460,4 milhões de receitas financeiras em 2020 contra R\$ 17,1 milhões de receitas financeiras em 2019 em razão dos ganhos nas receitas financeiras de 735,2% devido especialmente a atualização da indenização de imunidade tributária amenizados pelo aumento de 205,5% nas despesas financeiras devido a variações monetárias passivas.

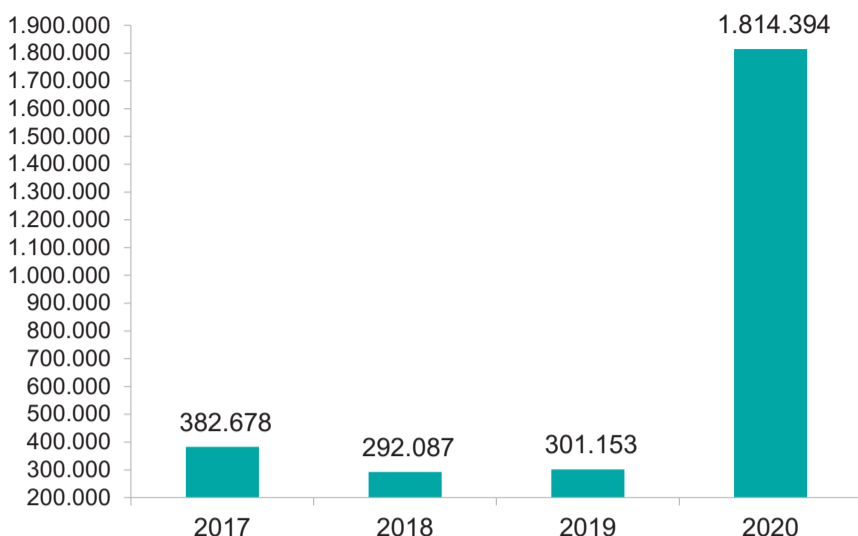
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 1,9 bilhão em 2020 ante R\$ 635,5 milhões em 2019. O aumento de 198,4% equivalente a R\$ 1,3 bilhão adicional de lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi respaldado pela boa performance operacional adicionado pelo resultado financeiro e o ganho tributário do período, representando 60,1% em 2020 da receita líquida ante 22,3% em 2019.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 82 milhões em 2020 ante R\$ 334,4 milhões em 2019 e representou 4,3% e 52,6% do lucro antes do imposto de renda e contribuição social em 2020 e 2019, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social corrente cresceu 56,5% e o imposto de renda e a contribuição social diferido foi reduzido em 89,1%.

Lucro Líquido (milhares de R\$)



Lucro Líquido

O lucro líquido de 2020 foi impactado positivamente pelo reconhecimento de R\$ 1,4 bilhões a título de tributos a recuperar no ativo não circulante em função do trânsito em julgado de ação de imunidade tributária, sendo R\$ 863,4 milhões reconhecidos como recuperação de impostos pagos na rubrica de outras receitas e R\$ 545,0 milhões como atualização do valor na rubrica de receitas financeiras. Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu os montantes a pagar de R\$ 25,3 milhões referente a PASEP/COFINS e R\$ 49,1 milhões a título de CSLL no passivo não circulante. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. Dessa forma, o lucro líquido totalizou R\$ 1,8 bilhão em 2020 ante R\$ 301,1 milhões em 2019, um aumento de 502,5%, representando um crescimento nominal de R\$ 1,5 bilhão. A margem líquida atingiu 57,5% em 2020 ante 10,6% em 2019. O ganho de 46,9 p.p. é justificado pela performance operacional e pelos ganhos tributários conforme exposto acima.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 1,6 bilhão em 2020 com crescimento de 109,6% conforme demonstrado a seguir:

EBITDA	2020	2019
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	1.814.394	301.153
(+) Despesas Financeiras	82.023	334.374
(-) Receitas Financeiras	(460.429)	(17.101)
(+) Depreciações e Amortizações	170.519	148.151
EBITDA	1.606.507	766.577
Margem EBITDA	50,9%	26,9%

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$ 416,9 milhões em 2020, um crescimento de 25,5% em relação a 2019 e foram direcionados da seguinte forma:

Investimentos Realizados	2020
Água	123.962
Esgoto	226.945
Desenvolvimento	66.055
Total	416.962

em R\$ 1.000

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Água	241.583	524.839	414.005	357.139	241.680	1.537.566
Esgoto	453.280	580.164	775.667	726.017	697.782	2.535.128
Desenvolvimento	169.254	72.771	52.106	2.146	0	296.277
Total	864.116	1.177.775	1.241.778	1.085.302	939.462	4.368.971

em R\$ 1.000

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FONTE

	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Contrapartida	32.605	19.516	28.221	22.677	17.595	103.019
Financiado	157.573	123.983	131.185	94.818	93.075	507.559
Próprio	582.072	965.668	1.030.953	921.030	779.552	3.499.723
Repasse	91.867	68.608	51.419	46.777	49.240	258.671
Total	864.116	1.177.775	1.241.778	1.085.302	939.462	4.368.971

em R\$ 1.000

Situação Patrimonial

O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 4 bilhões em 2020 ante R\$ 2,4 bilhões, com aumento de 68,5%, especialmente pelo aumento de 2,9% do aumento de capital social e crescimento de 256,6% nas reservas de lucros.

Foram alocados R\$ 97,4 milhões de juros sobre o capital próprio atribuído a dividendos em 2020 e R\$ 114 milhões em 2019.

O ativo intangível registrou um aumento de 29,9% totalizando R\$ 2,4 bilhões em 2020 ante R\$ 1,8 bilhão em 2019 e referem-se principalmente aos contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programas firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação.

Dívida Líquida

A dívida líquida totalizou R\$ 433 milhões em 2020, com uma redução de 30,8% em comparação a 2019, com um montante de empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e parcelamento de impostos e contribuições de R\$ 742,6 milhões e disponibilidades e aplicações financeiras de R\$ 309,8 milhões.

Endividamento Líquido	Exercício Social encerrado em 31/12	
	2020	2019
Circulante	253.824	240.736
Não circulante	488.740	547.908
Endividamento bruto	742.564	788.644
(-) Caixa e equivalente de caixa	233.267	92.981
(-) Aplicações financeiras	76.545	70.196
Endividamento líquido	432.752	625.467

(em R\$ mil)

Medidas para garantir a sustentabilidade financeira no contexto da COVID 19: a pandemia de Covid-19 trouxe consigo forte retração econômica, levando ao desemprego muitos gaúchos. Devido à situação que se desenhava no primeiro semestre de 2020, o Executivo concedeu isenção de pagamento da tarifa social da Corsan no período de abril a setembro, fato que gerou uma diminuição da receita média em aproximadamente R\$ 1,7 milhão/mês. Além disso, as suspensões de abastecimento por inadimplência também foram paralisadas por força de decreto. Com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e formar reserva de liquidez para garantir a manutenção dos serviços e compromissos com todos os stakeholders, foi tomada uma série de medidas:

- Solicitação de Standstill (suspensão) de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES por seis meses, de abril a setembro de 2020, com impacto estimado em R\$ 33 milhões no Fluxo de Caixa da Companhia;
- Monitoramento dos mandados e intimações de pagamentos recebidos durante a suspensão dos prazos;
- Pagamento do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR) parcelado em duas vezes, conforme previsto no acordo coletivo;
- Postergação do pagamento de PASEP/COFINS referente aos meses de maio e junho para outubro e novembro, respectivamente, no valor de R\$ 36,7 milhões;
- Reavaliação da provisão de perdas esperadas, ampliando em R\$ 3,9 milhões no terceiro trimestre de 2020, chegando a R\$ 15,9 milhões acumulados ao final de setembro de 2020, a partir do aumento da inadimplência. Observou-se também um aumento no prazo médio de recebimento das faturas nos primeiros nove meses. Porém, a partir da retomada dos cortes, o índice retornou a normalidade apurada em períodos pré pandemia.

Obtenção de investment rating: devido à diminuição de oferta de crédito na área pública, a Corsan concentrou esforços na busca de soluções de capitalização no mercado privado para continuar os investimentos em saneamento. Uma das exigências do mercado é o investment rating, objetivo alcançado com a classificação de risco de crédito da empresa, obtendo o Rating Corporativo em escala nacional "AA-", conferido pela agência de Fitch Ratings Brasil Ltda. em 2020.

IPO: uma das formas de capitalização que a Corsan busca é a oferta inicial de ações ou IPO (Initial Public Offering). Embora ainda em fase de preparação, os avanços foram substanciais no ano de 2020:

- Mapeamento das obrigações com a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para passar da categoria B para a categoria A;
- Acordo para desvinculação da Corsan da caixa único do governo do estado;

IFC: também no contexto de capitalização para investimento, a Corsan iniciou em 2020 tratativas com a IFC (International Finance Corporation), braço privado do Banco Mundial que atua com soluções técnicas e financeiras para países em desenvolvimento, fornecendo crédito para as empresas que podem, com a expansão de seu negócio, fomentar a economia, bem como elevar a condição social e ambiental da região. A Companhia firmou *Mandate Letter*, acordo no qual foram estabelecidas as condições precedentes e os cronogramas de análise (*due diligence*), de modo a estruturar a operação na modalidade *A Loan* (empréstimo com capital ordinário). O objetivo é viabilizar investimentos em Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, melhorando a eficiência e a resiliência, abrangendo inclusive a redução de perdas de água.

Emissão de Debêntures: a Corsan iniciou as tratativas para a sua quarta emissão de Debêntures. Uma vez vencida a etapa de *Non-Deal Roadshow* (apresentação da empresa para o mercado), a Companhia enviou *Request for Proposal* (solicitação de proposta) às principais instituições financeiras do país, de modo a receber subsídios para estruturação de operação. Nesse ínterim, a empresa obteve junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio das Portarias 3.225 e 3.226 de 28 de dezembro de 2020, a aprovação de enquadramento na condição de prioritários para projetos de investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico.

Evento subsequente

Em 10 de fevereiro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie *quirografária*, em até 4 séries, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da instrução CVM 476, no montante total de R\$ 600 milhões.

O novo normal no relacionamento com o cliente e na comercialização

No que se refere ao relacionamento com o cliente, 2020 foi um ano marcado pela evolução face à adversidade. Diante da pandemia de Covid-19, foi necessário adaptar-se em tempo recorde a novos contextos sociais e financeiros, mantendo a qualidade dos serviços prestados, a força de inovação e o foco em resultados. Foi preciso buscar novas formas de oferecer serviços à população, modernizar os processos de atendimento ai implicados e incorporar a transformação digital, cada vez mais presente no relacionamento com os usuários.

Por outro lado, devido aos protocolos de distanciamento social advindos da pandemia, foi preciso criar condições para que os empregados mantivessem suas atividades ainda que remotamente. Nesse sentido, muito se construiu em termos de redesenho de processos e tecnologia da informação e comunicação.

- Ampliação do leque de serviços via Call Center (0800 646 6444), App Corsan e Central de Serviços (www.corsan.com.br);
- Atendimento presencial mediante agendamento;
- Chatbot integrado ao chat online Corsan e ao Facebook: o atendimento por meio desta ferramenta de inteligência artificial é realizado por atendente virtual preparado para informar a situação do abastecimento e emitir a segunda via da fatura, além de fornecer orientações sobre diversos serviços.
- Para outras solicitações, o robô virtual direciona o cliente aos demais canais de relacionamento;
- Totens de autoatendimento: em 2020 foram instalados 135 equipamentos em Unidades de Saneamento e outros locais considerados estratégicos pela alta circulação de pessoas, como shopping centers e prefeituras;
- Torpedo SMS – mensagem de texto via celular: a disseminação de informações relativas a ocorrências de interrupção de abastecimento de água, bem como para comunicados específicos relativos aos serviços prestados, dicas, avisos de débitos e status das solicitações realizadas. Em 2019, a Corsan possuía 1,4 milhões de torpedos disponíveis por mês. Em 2020, foi assinado contrato envolvendo sete milhões de torpedos disponíveis para envio mensal;
- Portal de informações em formato de dashboard voltado à administração da Corsan, apoiando a tomada de decisão. Na ferramenta, os dados dos sistemas corporativos são transformados em informações de fácil leitura e interpretação, mediante visualização de indicadores e gráficos relativos à operação, às obras, à posição econômico-financeira, entre outros;
- Cobrança Ativa: ligações via Call Center para usuários inadimplentes informando os valores devidos, oferecendo segunda via, parcelamentos de dívidas e demais informações;
- Portal RS.GOV.BR: todos os serviços oferecidos aos usuários da Corsan foram inseridos na plataforma unificada de serviços do Governo do Estado ao cidadão;
- Cloud Corsan: espaço de compartilhamento de arquivos, criado e mantido com infraestrutura própria, que permitiu o envio de informações a entes da sociedade civil, empresas parceiras, fornecedores de serviços entre outros;
- VPN – Preparação para o Tele Trabalho: com o advento da pandemia de Covid-19, e diante da necessidade de manter os protocolos de distanciamento social, houve ampliação e modernização do acesso remoto ao ambiente de trabalho, passando dos 125 existentes para mais de 1900 acessos remotos para funcionários próprios e terceiros, em praticamente todos os municípios onde a Corsan atua;
- Videoconferência e Web conferência: o projeto de 2018, implantado entre 2017 e 2018, havia substituído toda a rede de telefonia e adicionado rede de videoconferência com 33 equipamentos profissionais. No início da pandemia, a necessidade de reuniões remotas cresceu exponencialmente, com mais de 350 reuniões mensais, e uso de múltiplas plataformas de conexão. Todas as plataformas foram mapeadas e liberadas na rede da empresa, permitindo não só a criação de conferências com qualidade, mas garantindo aos gestores e funcionários participação de reuniões em qualquer formato.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2020

Programa de Negociação de Dívidas: em paralelo ao retorno das suspensões de abastecimento por inadimplência, a Corsan desenvolveu Programa de Negociação de Dívidas, concedendo descontos sobre multas e juros, bem como sobre o valor da dívida sob determinadas condições.

Regularização das Ligações Clandestinas em Áreas de Ocupações Consolidadas por meio do Programa Água, Vida e Cidadania: foram realizadas ações de regularização do abastecimento nas cidades de Canoas, Santa Maria, Santo Ângelo e Rio Grande, visando à inclusão de populações em vulnerabilidade social e garantindo a eficiência comercial da Companhia.

Implantação do Novo Padrão de Ligação em todas as Unidades de Saneamento: a implantação do novo padrão, além de melhorar a imagem da Corsan de modo geral, facilita a identificação dos recursos hídricos, reduz perdas aparentes (evita inclinação dos medidores, tem menos pontos de conexão e vazamentos nos ramos), protege o sistema de medição de fraudes, agiliza os serviços comerciais e operacionais, mantém o acesso exclusivo da Companhia, facilita o manuseio/manuseio de medidores e auxilia a execução da leitura (identificação, ergonomia).

Sustentabilidade socioambiental

Sustentabilidade no planejar e no agir

Plano Estadual de Saneamento - Planesan: como concessionária dos serviços de água e esgoto na maioria dos municípios gaúchos, presente nas 25 bacias hidrográficas e executora das políticas de saneamento do estado há mais de 50 anos, a Corsan tem sido especialmente atuante na elaboração da nova política do RS para o saneamento, cuja expressão final será o Planesan. O instrumento, que conterá as diretrizes, estratégias e ações em saneamento básico para os próximos anos, tem o olhar voltado para a promoção da saúde pública, a qualidade de vida e a sustentabilidade no manejo dos recursos naturais.

Comitês de Bacias: a Corsan possui representação direta nos 25 Comitês de Bacias Hidrográficas do RS, fóruns onde são discutidas as questões de gestão da água, como conflitos pelo uso, enquadramento dos recursos hídricos, monitoramento hidrológico, cobrança pela utilização do recurso, gestão de eventos extremos (secas e estiagem), temas de reconhecida importância não apenas para a Companhia, mas para a sociedade em geral.

Licenciamento Ambiental: a Corsan chegou ao final de 2020 tendo sob sua gestão 116 licenças de instalação e 206 licenças de operação vigentes. Ao longo do ano, foram obtidas 74 licenças envolvendo tanto a operação de sistemas quanto a expansão e a implantação. A Companhia atua ainda na supervisão da regularidade ambiental de 112 obras em andamento.

Pagamento por Serviços Ambientais: em 2020 a Corsan iniciou o projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PPSA), cujo objetivo é beneficiar locais estratégicos das bacias hidrográficas do RS, a montante dos pontos de captação, a fim de obter água de qualidade e maior disponibilidade hídrica. Essas ações são importantes frente ao cenário de estiagem que o estado vem enfrentando e, como ponto de partida, foi escolhida a sub-bacia do Arroio Castelhanos, em Venâncio Aires, na Bacia Taquari-Antas para a implantação do projeto piloto. O PPSA utiliza-se do princípio pagador-recebedor, segundo o qual interessados pagam a proprietários para recuperação e preservação ambiental em locais estratégicos, por meio de benefícios monetários e/ou não monetários. Além da recuperação ambiental focada em matas ciliares e nascentes, o projeto visa a implantar ações de manejo sustentável, bem como saneamento rural nas áreas. Não apenas os proprietários ganham, trata-se de um benefício para toda a sociedade e, nesse contexto, a Companhia inova em soluções vantajosas do ponto de vista socioambiental.

Parque Saint-Hilaire: em parceria com a Prefeitura Municipal de Viamão e a Universidade Unisinos, a Corsan participou do projeto Elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Saint-Hilaire. O projeto consistiu no diagnóstico e na análise geral do parque, retratando seu atual estado, carências e necessidades, permitindo a definição de estratégias para minimizar riscos e conflitos, existentes ou potenciais.

Com efeito, o investimento financeiro em projetos ambientais alternativos ao plantio de mudas tem se mostrado eficaz para o cumprimento das compensações relacionadas ao manejo de vegetação em decorrência de obras realizadas pela Companhia. Nesse cenário, em 2020 foi emitido pelo DBIO/SEMA o Termo de Quitação de Reposição Florestal Obrigatória referente à implantação do sistema de esgotos de Alvorada/Viamão.

Gestão de resíduos sólidos: no aspecto legal, os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS objetivam atender à Política de Sustentabilidade Socioambiental da Corsan, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e à Política Estadual de Resíduos Sólidos. No entanto, a finalidade dos programas é bem mais ampla na Companhia, considerando que a cultura da sustentabilidade deve ancorar-se em instrumentos que materializem intenções em ações efetivas. Nesse sentido, o ano de 2020 foi profícuo, com a elaboração de 72 PGRS de Sistemas de Abastecimento de Água e de Sistemas de Esgotamento Sanitário, abrangendo municípios de todas as Regionais. A Corsan realizou a destinação correta de 40% do resíduo lodo gerado.

Educação e cultura para a sustentabilidade

Portal H2OJE: em 2020 a Corsan aprimorou o portal, que dissemina a cultura da sustentabilidade para além das portas da empresa. O aplicativo está disponível para download gratuito nas lojas Google Play e Apple Store, e pode ser acessado ainda pela plataforma www.h2oje.com. O portal agrega informações, notícias, vídeos, game, materiais de apoio e um chatbot de sustentabilidade, além da série animada *Patrulha da Água* e planos pedagógicos relacionados ao meio ambiente para uso em sala de aula. Como as atividades podem ser realizadas presencial ou no formato EAD, apoiam amplamente os professores no enfrentamento às dificuldades advindas da pandemia de Covid-19.

Chatbot de Sustentabilidade: nos últimos anos, os robôs virtuais vêm mudando a forma de as empresas se relacionarem com os seus públicos. Na Corsan não é diferente. Buscando uma alternativa tecnológica de divulgar o pensamento sustentável, a Companhia desenvolveu o Chatbot de Sustentabilidade, disponível no portal H2OJE. Essa ferramenta de inteligência artificial interage com as pessoas por meio de mensagens de texto, simulando conversas reais, combinando disponibilidade constante e tempo de resposta instantâneo.

Podcast Papo Sustentável: também em 2020 a Corsan lançou o projeto do Papo Sustentável, em formato de podcast, voltado aos mais diferentes públicos, ampliando o espectro de disseminação da cultura da sustentabilidade.

Viagem de estudos virtual e Jovem Embaixador do Saneamento Básico: a Corsan ofereceu a 10 mil estudantes da rede pública da serra gaúcha a primeira imersão digital do Brasil. Uma experiência diferenciada e inovadora na área da educação ambiental no formato de viagem de estudos virtual, constituída de videoaulas temáticas e interativas elaboradas com o objetivo de encantar e inspirar as crianças em meio aos desafios do ensino à distância por conta da pandemia de Covid-19. A iniciativa, adaptada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com foco transdisciplinar, conta com 27 aulas e 120 testes de conhecimento. O programa, uma vez concluído pelo aluno, lhe concede o certificado de Jovem Embaixador do Saneamento Básico.

Capacitação de professores em saneamento básico: em parceria com o Consórcio Pró-Sinos e a Universidade Feevale, a Corsan realizou capacitação para professores com o objetivo de implantar ações educativas e práticas de saneamento no espaço escolar. Durante quatro meses de curso, na modalidade virtual, foram desenvolvidos os quatro eixos do saneamento básico - abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. Na cerimônia virtual de encerramento, professores tiveram a oportunidade de divulgar trabalhos desenvolvidos pelos alunos como, por exemplo, esculturas de material reciclável batizadas como os *monstros do lixo*.

Dia Mundial da Água: com objetivo de promover a cultura da sustentabilidade e da inovação, a Corsan vem investindo em ações de engajamento de seus colaboradores. No mês de março, em comemoração ao Dia Mundial da Água, a Companhia realizou o game H2OJE 2020. Mais de 160 funcionários, divididos em 27 equipes realizaram uma série de desafios relacionados ao meio ambiente. Os resultados da gamificação forneceram valiosos subsídios para o aperfeiçoamento e a disseminação da consciência sobre sustentabilidade e sua conexão com a inovação.

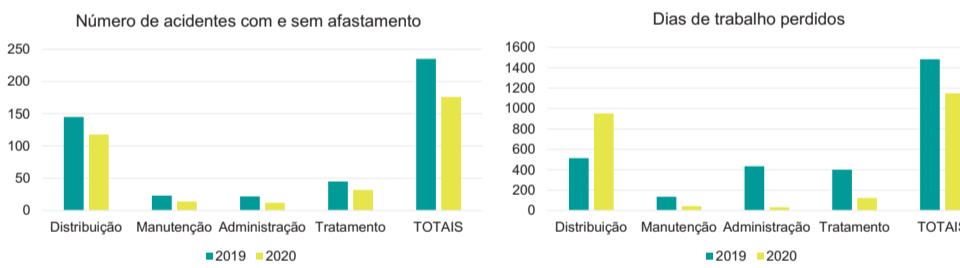
Semana Interamericana da Água: em setembro de 2020, a Corsan participou da abertura da 27ª Semana Interamericana e da 20ª Semana Estadual da Água, apresentando interativamente a plataforma H2OJE. O evento, realizado de maneira virtual em função da pandemia de Covid-19, teve o mote *cuide da água, compartilhe saúde*. Ainda em comemoração à Semana Interamericana da Água, a Companhia promoveu palestra debatendo a sustentabilidade em tempos de pandemia, com o Professor Marc Richter. A palestra foi aberta à comunidade e abordou formas de consumo consciente da água, medidas de diminuição do uso de recursos e preservação do meio ambiente.

Vidas Humanas Importam

Sem dúvida, 2020 foi um ano desafiador no limite da palavra. A pandemia de Covid-19 trouxe profundas consequências para a vida humana, a saúde pública, a atividade econômica diante das quais a Corsan não foi indiferente. Zelar pelos colaboradores (boa parte atuando na linha de frente), estimular o autocuidado e o cuidado com os familiares, promover o bem-estar da sociedade em geral tem sido uma constante a permear as relações de trabalho e com o cliente. Neste contexto de exceção, manter a normalidade na prestação de um serviço essencial à vida significou (e significa) colocar em prática medidas inéditas e redesenhar processos em tempo recorde.

Qualidade, saúde e segurança no trabalho

- Capacitação, direcionamento de condutas e coordenação nos procedimentos relacionados à Covid-19 para os Comitês nas Regionais e para os Gestores das Regionais e da Sede;
- Plano de Contingência Covid-19 Corsan, baseado no Plano da Secretaria de Saúde do RS;
- Acompanhamento multidisciplinar pelo Serviço de Psicologia e/ou Serviço Social aos funcionários com diagnóstico ou suspeita de Covid-19;
- Realização de Exames Médicos Periódicos de forma emergencial e voltada aos empregados que realizam limpeza de reservatórios, operam caminhões em condições de risco para NR 10, NR 33, NR 35;
- Inspeções em ambientes de trabalho identificando riscos e recomendando ações às áreas envolvidas, que contribuíram para a redução de 25% nos acidentes de trabalho em relação 2019, bem como reduziram em 22% no número de dias perdidos (dias corridos de afastamento do trabalho em virtude de lesão pessoal) no período.



Os indicadores de saúde e segurança no trabalho são ferramentas estatísticas utilizadas para medir ou dimensionar eventos de interesse neste segmento, em especial para a prevenção de acidentes. Com o recurso é possível avaliar o andamento das ações preventivas adotadas, ou seja, se estão efetivamente evitando acidentes ou não, além de cumprir a legislação (NR-04).

Conforme parâmetros da Organização Internacional do Trabalho – OIT, com relação à taxa de frequência de acidentes, a Corsan passou da classificação boa para muito boa. Para Taxa de Gravidade, conforme o parâmetro da OIT, a Corsan permaneceu com a classificação *muito boa*.

Cuidar das pessoas - desenvolvimento, bem-estar e preparação para mudança

Contratação emergencial de Técnicos Químicos: não havia admissão de pessoal no quadro desde 2018; em contrapartida, houve funcionários desligados (aposentados, etc.) diminuindo significativamente o efetivo. Somado a isso, a empresa vem em constante expansão, o que torna necessária a contratação de empregados para operar novas Estações de Tratamento de Água. Além destes fatores, o cenário se agravou com a pandemia de Covid-19, pois funcionários que contrairam a doença foram afastados do trabalho. A contratação temporária foi essencial para evitar que o abastecimento de água fosse interrompido.

Avaliação de Desempenho - Promoções e Ascensões 2019: tendo em vista que o plano de cargos da empresa prevê progressão de carreira, implantou-se o sistema de avaliação de desempenho baseado em capacidades e competências, incluindo competências comportamentais. A avaliação tem como objetivo medir a performance dos indivíduos em uma organização, por meio do confronto entre o que se espera do profissional e o que foi alcançado por ele. É um dos recursos mais valiosos para a gestão de pessoas, já que permite diagnosticar e analisar os comportamentos e resultados individuais de cada empregado durante um período determinado. Medir o desempenho é importante porque identifica as necessidades de treinamento e reciclagem visando a melhorar o nível de qualificação e, conseqüentemente, dos resultados das áreas internas, bem como estimular a produtividade e o relacionamento interpessoal.

Capacitação dos empregados com foco no negócio: em 2020 foram oferecidas mais de duas mil oportunidades de capacitação aos empregados, o que viabilizou cerca de vinte mil horas de qualificação em programas envolvendo temáticas como tratamento de água e de efluentes, segurança no trabalho, sistemas, liderança, inovação, auditoria, legislação, patrimônio, aspectos contábeis e tributários, parcerias estratégicas, geotecnologias, governança corporativa, regulação, compras e licitações, operações comerciais, projetos, entre outros.

Dentre as capacitações, cerca de metade foi realizada com instrutoria interna, a partir da identificação e preparação de empregados referências nas temáticas, critério este que oportuniza disseminação de conhecimentos técnicos já alicerçados nas peculiaridades da Companhia, desenvolvimento para o próprio multiplicador e economia de recursos. A partir das competências específicas das áreas e das competências transversais da empresa, alinhadas aos cargos e à matriz de educação corporativa, as trilhas de desenvolvimento orientam o aprendizado do empregado. Nesse sentido, os conteúdos apresentaram três tipos de abordagem: a teoria, a habilidade e a autonomia.

Desenvolvimento de pessoas e Responsabilidade Social: o Programa Jovem Aprendiz da Corsan atende a Lei 10.097/2000 e traz para a Companhia compromisso de responsabilidade social ativa ao proporcionar, para jovens a oportunidade de qualificação profissional aliada à prática laboral orientada. Historicamente, apenas 1/3 do total de cotas de Jovens Aprendizes determinadas por lei é de fato cumprido pelas empresas brasileiras. A Corsan tem hoje sua cota totalmente atendida, tornando-se referência no Programa, inclusive ao atuar de maneira efetiva para que abranja suas Unidades em todo Rio Grande do Sul. São aproximadamente 300 jovens vinculados ao programa/ano, incluindo participantes da Fase e de Territórios de Paz (áreas de vulnerabilidade social).

Desenvolvimento de pessoas e relações institucionais: oportunizar aprendizagem e desenvolvimento para os empregados traduz-se também em iniciativas como a ação *online Felicidade e trabalho: possibilidades e impacto nas organizações*, que inclui a participação de equipes de entidades parceiras e seus públicos. A temática da felicidade e trabalho tem sido tratada nas corporações para apoiar o sucesso do negócio e das pessoas. A medida em que se melhora o ambiente de trabalho, este se torna propício ao desenvolvimento de novas ideias e ao ganho de performance. A participação simultânea de centenas de pessoas, e visualização posterior por mais de mil espectadores, denota o esforço da organização no sentido de promover, para empregados de todos os níveis, *stakeholders* e comunidades, qualificações, conhecimentos e competências necessárias ao sucesso no trabalho.

Projeto Qualidade de Vida: baseado nas cores de cada mês, conforme campanha mundial em relação à Saúde, o programa promove palestras temáticas sobre prevenção e cuidados, saúde física, mental e emocional. O principal propósito é dar atenção, cuidar e valorizar pessoas, estratégia com potencial de diminuir o número de afastamentos, acidentes do trabalho e faltas.

- Janeiro Branco - Saúde Mental
- Fevereiro Laranja - Doenças Autoimunes
- Março Dourado - Pessoa com Deficiência
- Abril Verde - Saúde do Trabalhador
- Maio Lilás - Assédio Moral e Sexual
- Junho Turquesa - Álcool e Outras Drogas
- Julho Grenal - Acidente do Trabalho
- Agosto Prata - Combate ao Fumo
- Setembro Amarelo - Prevenção ao Suicídio
- Outubro Rosa - Saúde da Mulher
- Novembro Azul - Saúde do Homem
- Dezembro Vermelho - AIDS e IST



Programa de Desenvolvimento de Gestores: implantado em 2019, o Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG) trouxe uma série de oportunidades de qualificação e desenvolvimento de uma liderança cada vez mais positiva, inspiradora e eficiente. Em 2020, novos desafios surgiram e a rota foi recalculada. O planejamento levou em conta a nova rotina vivenciada pelos gestores e considerou o momento turbulento em que todos foram convocados a se reinventarem como profissionais. Todas as lideranças da Companhia foram convidadas a conhecer a nova jornada proposta, reafirmando o PDG como um espaço de desenvolvimento e construção, respeitando os limites e aproveitando as possibilidades que tal contexto impõe.

Projeto A Vida em Quarentena: O projeto tem como objetivo promover sociabilidade, bem-estar e qualidade de vida, por meio de encontros por videoconferência, abordando temas relevantes para o momento de distanciamento social e desafios enfrentados durante a pandemia – saúde mental, dupla jornada das mulheres, teletrabalho, plano de contingência, etc., a fim de somar esforços técnicos ao Plano de Contingência contra a Covid-19 da Corsan.

Projeto Semana PCD (Pessoa com Deficiência): palestras *online* que abordaram os desafios da pandemia para os empregados PcD e reabilitados, bem como os empregados com dependentes PcD e seus familiares. Os encontros virtuais, mediados por psicólogos especializados na temática, contaram com a presença de mais de cem funcionários durante uma semana de duração.

Implementação da Educação Online: até março de 2020, o formato predominante da educação corporativa na Corsan era o presencial. Devido à pandemia de Covid-19, a companhia implementou a educação *online*. Novos processos pedagógicos, tecnológicos e de comunicação foram desenvolvidos junto a diversos públicos, respeitando a legislação, a saúde e a segurança dos envolvidos. Com isso, apesar das adversidades, a Corsan não interrompeu o processo de desenvolvimento de pessoas, tendo em vista posicionamento estratégico para alavancar tanto a competitividade da empresa quanto gestão de resultados, eficiência operacional e gestão do relacionamento.

Nesse contexto, o Portal Unicorsan foi projetado como canal de acesso e repositório para a gestão do conhecimento na empresa. Para alcançar seu desenvolvimento, o funcionário tem acesso livre a programas, cursos e conteúdos, favorecendo o conceito de aprendizagem contínua, autodesenvolvimento e gerenciamento dos profissionais em aprendizagem. Embora seja um processo efetivo e autônomo, não exclui a possibilidade de contato entre o multiplicador e o participante.

Preparação de responsáveis por almoxarifados e compras: por meio dessa capacitação adaptada ao formato 100% *online*, foram treinados cerca de 100 colaboradores, qualificando a atuação dos responsáveis por almoxarifados no desenvolvimento de atividades cotidianas - que envolvem gestão de materiais da companhia - abordando também competências e procedimentos pertinentes à rotina conforme as características do almoxarifado, e aprimorando o conhecimento das técnicas de mercado.

Apoio à CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: a Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho - SIPAT 2020 foi inovadora. Cumprindo as regras previstas nos Decretos Estaduais nº 55.240 e 55.241, que instituem o sistema de distanciamento controlado e determinam a aplicação de medidas sanitárias para promover a prevenção à Covid-19, optou-se pelo formato de palestras *online*, integrando as Regionais em uma única programação de âmbito estadual. Batizado como SIPAT CORSAN 2020 – Sempre Juntos, Mesmo Distantes, o evento foi realizado durante o mês de novembro seguindo temário de cuidados e atenção pessoal e coletiva, abordando a saúde física e mental especialmente relacionada ao período da pandemia.

Endomarketing - preparação para a mudança: em contexto de mudanças e incertezas no setor do saneamento, é preciso fortalecer a comunicação e a confiança junto ao público interno. A Corsan conta com cerca de seis mil funcionários distribuídos em 317 municípios por todo o Estado. Uma estrutura tão grande e dispersa demanda foco no endomarketing. Para enfrentar este desafio, a Companhia investe em suporte especializado, desenvolvendo ampla campanha de comunicação interna, capaz de estimular engajamento e motivação entre os funcionários, de forma que estes se percebam integrados ao negócio e conscientes de seu papel estratégico.

Inovar nos define

Convênios com Universidades e Startups: diversos convênios com universidades e startups foram firmados e desenvolvidos em 2020 e em anos anteriores, trazendo inovações de grande potencial para a Corsan. Devido à qualidade das parcerias desenvolvidas, a Companhia convergiu esses projetos de pesquisa e desenvolvimento para um programa permanente de parcerias e fomento às universidades e polos de pesquisa. Dentre os projetos, destacam-se:

ETA4.0 e POÇO4.0: criação de um sistema em ambiente automatizado, com análise preditiva em tempo real da qualidade do tratamento de água e do consumo de insumos de tratamento.
Plataforma H2Oje: ecossistema de sustentabilidade e meio ambiente, com App, chatbot, canal de vídeos e notícias, reconhecida e premiada nacionalmente e internacionalmente.
Rede IoT e equipamentos conectados: rede que permite a transmissão de informações dos equipamentos em campo, dando velocidade e assertividade aos processos de medição.

Licitações eletrônicas: por conta dos protocolos de distanciamento social no período da pandemia de Covid-19, foi implementada a Licitação Eletrônica, prevista na Lei 13.303/16, segundo a qual os ritos realizados pela Companhia para obras e serviços de engenharia passaram a ser realizados pelo Sistema de Compras do Portal Pregão Banrisul. Por meio dessa modificação a Corsan garantiu que os processos licitatórios, antes realizados em sessões presenciais, pudessem migrar para um ambiente virtual seguro. Hoje, a regra é o processo eletrônico, sendo utilizado o rito presencial apenas para exceções. A inovação trouxe ainda como vantagens à administração o fato de que mais empresas podem participar dos processos, qualificando entregas e minimizando preços.

Novo ERP Corsan: o projeto Corsan Conecta implantará um novo sistema de gestão empresarial (ERP), integrando sistemas utilizados no âmbito administrativo, financeiro e de planejamento. A solução adquirida foi a SAP e, em 2020, foi finalizado o terceiro ciclo de testes integrado, de todos os módulos. Com investimento de R\$ 20 milhões e expectativa de *go live* para julho/2021, o projeto vem transformar radicalmente a estrutura e os processos da Companhia, resultando em benefícios tais como gestão integrada, *feedback* em tempo real, agilidade na tomada de decisão, confiabilidade dos dados, otimização de recursos financeiros e de capital humano.

Gestão de Planejamento
planejamento de curto e longo prazo
planejamento estratégico e seus indicadores
gestão dos compromissos assumidos junto ao poder concedente
Gestão de Recursos Humanos
gestão dos recursos humanos
gestão de benefícios, folha e ponto
GRH
recrutamento e seleção
capacitações
gestão de saúde, segurança e medicina do trabalho
e-social
Gestão Financeira e Contábil
gestão contábil, financeira e fiscal
GFC
demonstrativos contábeis e relatórios
tesouraria e fluxo de caixa
gestão dos recursos financeiros
Gestão de Ativos
gestão de ativos
GAT
gestão de manutenção
gestão de frotas
Gestão de Aquisições
cotações, compras e licitações
GAQ
gestão de contratos
gestão de materiais e estoque
gestão de fornecedores
Gestão de Projetos
GPRO
gestão dos projetos de investimentos
Gestão de Documentos
GDOC
gestão dos documentos internos ao ERP

Certificações e Reconhecimentos

500 Maiores do Sul 2020: a Corsan destacou-se na posição 37 do ranking de Grandes & Líderes, o qual avalia as maiores empresas da região sul do Brasil, segundo pesquisa da Revista Amanhã.

100 Maiores do RS 2020: a Corsan destacou-se com a posição 15 no ranking Empresas e Líderes da Revista Amanhã.

Marcas de Quem Decide 2020: na categoria Empresas Públicas Gaúchas, a Corsan conquistou 1º lugar como a mais lembrada e o 2º no segmento Preferência. Esta foi a 22ª edição da premiação, promovida pelo Jornal do Comércio e pela Qualidade.

PRÊMIO NACIONAL DE QUALIDADE EM SANEAMENTO

AMEGSA Nível I (250 pontos) - Operação Troféu Quiron Bronze
Superintendência Regional Missões - SURMIS

AMEGSA Nível II (500 pontos) - Operação Troféu Quiron Prata
Superintendência Regional Planalto - SURPLA
Superintendência Regional Sinos - SURSIN
Superintendência Regional Centro - SURCEN



Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa PwC Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência no relacionamento, o que tornou possíveis os nossos obtidos no exercício 2020.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Barrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Erechim) e 15 contratos de concessão, e concomitantemente, em 303 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 31 de dezembro de 2020, há 08 contratos de concessão pendentes de regularização. O contrato do município de Erechim, bem como os outros 08 contratos que não estão vigentes representam, respectivamente 1,44% e 0,48% da receita operacional bruta.

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, que no caso da Corsan é a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultânea de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios que é a prestação de serviços de saneamento básico.

1.3) Parceria Público-Privada

Região Metropolitana de Porto Alegre

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão, a Corsan levou a mercado o projeto de parceria público-privada.

O contrato foi assinado em 24/03/2020 e a ordem de início foi dada em 03/04/2020. O projeto está em fase de operação assistida pela concessionária desde 01/12/2020. A operação exclusiva da concessionária tem início previsto para 01/06/2021.

Novas PPP's

Considerando o sucesso alcançado com o Leilão da PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, a Corsan pretende replicar o modelo para outros Municípios do Estado. Para tanto, contratou o BNDES para auxiliar na estruturação de novos projetos. Em 13/07/2020, houve a reunião de kickoff do projeto entre Corsan, BNDES e consórcio de consultores. O projeto envolve 41 municípios atendidos pela Companhia e a modelagem abrange a operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário, com execução de obras de infraestrutura, ampliações e melhorias dos sistemas. A modelagem está em andamento e os produtos de engenharia e econômico-financeiros entregues estão em fase de revisão pela Companhia.

1.4) Capital Circulante Líquido Negativo

A Companhia presta serviços sob regime de concessão pública sendo o contrato de programa o instrumento legal que rege as relações entre as partes. O prazo médio de concessão gira em torno de 25 a 30 anos, que seria o prazo de recuperabilidade dos investimentos realizados.

Neste sentido, ao realizar elevados investimentos, em um curto espaço de tempo (entre 5 a 10 anos) a Companhia precisa buscar fontes de recursos no mercado, os quais muitas vezes tem o prazo de pagamento/quitação inferior ao prazo de recuperabilidade destes investimentos.

O Capital Circulante Líquido Negativo apresentado é reflexo do perfil de negócios da Companhia, que tem como característica o endividamento de curto prazo, enquanto que a geração da caixa se dá no Ativo não Circulante. Essa geração de caixa permite à Companhia cumprir com seus compromissos de curto prazo, conforme evidenciado nos recentes resultados positivos apresentados.

Ainda, está registrado sob a rubrica Dividendos e juros sobre o capital próprio, no passivo circulante, o valor de R\$ 345.205 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 285.761 em 31 de dezembro de 2019), referente a compromissos com os acionistas.

Conforme descrito na nota 32, em 10 de fevereiro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 600 milhões.

1.5) Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Em 2020, o cenário mundial foi abalado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que trouxe recessão econômica e impactos devastadores em algumas atividades econômicas, devido principalmente à necessidade de isolamento social e paralisação das atividades consideradas não essenciais. Neste contexto, o setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao vírus, uma vez que a higiene pessoal é a principal medida de prevenção à doença.

Apesar da instabilidade e incerteza que paira sobre o cenário econômico, a Administração entende não existir grandes riscos para sua operação, contudo está acompanhando atentamente os desdobramentos, de modo que se possa assegurar a prestação dos serviços à população dos municípios atendidos.

Apesar de não ocorrer a paralisação das atividades, a Companhia precisou tomar algumas medidas e apresentou alguns impactos econômico-financeiros:

a) Medidas de preservação de caixa:

- Solicitação de *Standstill*, suspensão temporária do pagamento de empréstimos e financiamentos mantidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no período de 15 de abril de 2020 a 15 de setembro de 2020. As parcelas suspensas, no montante de R\$ 30,6 milhões (principal mais juros), foram capitalizadas e diluídas no saldo devedor, conforme regramento proposto pelo Banco, sem alteração no prazo final dos contratos;

- Pagamento da Participação nos Lucros e Resultados parcelada em duas vezes conforme previsto no acordo coletivo;

- Adesão às alternativas de diferimento e postergação de tributos federais;

i) suspensão e parcelamento (6 meses), do recolhimento ao FGTS referente às competências de abril e maio de 2020, no montante de R\$ 5,9 milhões, conforme Medida Provisória nº 927/2020;

ii) postergação do recolhimento das contribuições de Cofins, Pasp e INSS Patronal referente às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$ 77,6 milhões, para recolhimento cumulativo com as competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente, conforme Portarias ME nº 139, nº 150 e nº 245; e

iii) redução da contribuição obrigatória ao Sistema "S" referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020;

- Encaminhamento da contratação de seguro garantia;

b) Medidas relacionadas aos clientes:

- Observou-se um aumento no prazo médio de recebimento das faturas nos primeiros nove meses. Porém, a partir da retomada dos cortes, o índice retornou à normalidade apurada em períodos pré-pandemia;

- Isenção de cobrança de clientes da tarifa social de abril a setembro de 2020, apresentando impacto de R\$ 10,48 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020;

- A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Borja (AGESB) homologaram o reajuste da tarifa em 4,45% para julho, o que, pelo impacto da pandemia, foi adiado por 90 dias e o índice original recalculado proporcionalmente aos 9 meses restantes do ciclo, o que resultou em 5,93% a partir de outubro de 2020;

- A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul (AGERST) e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul (AGESAN) homologaram os reajustes de 4,41% e 4,63% respectivamente, aplicáveis a partir de outubro de 2020.

c) Impactos contábeis:

- A Administração avaliou e concluiu que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos pela pandemia e não identificou indicativos de risco de *impairment* para esses ativos;

- Foram analisadas as alterações contratuais dos passivos financeiros da Companhia. Essa análise não gerou impactos na liquidez e no resultado.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu no dia 15 de março de 2021 e aprovação pelo Conselho de Administração ocorreu no dia 16 de março de 2021.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

2.4) Ativos financeiros contratuais

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para perdas esperadas

A provisão para perdas esperadas foi calculada por meio da abordagem simplificada, de acordo com o histórico de perdas na realização de créditos de contas a receber de clientes do serviço de água e esgoto, projetando o cenário futuro. A política de recuperação da Companhia considera que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida, que é de 10 anos para clientes particulares e 5 anos para clientes públicos, e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual e dos Municípios que têm participação na Companhia, por se tratarem de partes relacionadas e controlador (no caso do Estado) e devido ao histórico de regularização de débitos através de encontro de contas.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante, visto que sua expectativa de utilização é de doze meses. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, sem influência significativa, e estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção. Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Sistemas de esgoto próprios	25 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.

2.9) Arrendamento

A Corsan aplicou as diretrizes do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, que determina o reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de arrendamento e que incluem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinados ativos.

A Companhia definiu a mensuração de determinados Ativos de Direito de Uso pelo valor igual ao seu passivo de arrendamento, sendo sua realização conforme os prazos dos contratos. Os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI, praticadas na data de seu reconhecimento, cotados de acordo com o prazo final de seus vencimentos, taxas estas observadas para os contratos futuros negociados em bolsa, mais 0,5% a.a., a título de risco de crédito.

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2)/IFRS 16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor. Foram desconsideradas também as locações de áreas de poços, perfurados e mantidos pela empresa, bem como áreas de acesso a recursos naturais, utilizadas para a captação de água bruta. As despesas são contabilizadas ao longo do seu período de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 16.

2.10) Ativos de contratos

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente depois de concluídos.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes; e para o ativo imobilizado, para ativos próprios ligados a atividades-meio operacionais.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

2.11) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICP 01(R1) - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.16, deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível a outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	50 a 60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 a 60 anos	25 anos
Bens de uso geral	5 a 10 anos	25 anos

Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Enterprise Resource Planning – ERP*) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 27 meses.

A amortização ocorrerá a partir do início da operação, com previsão para outubro de 2021. O prazo de amortização será de 5 anos de forma linear.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, e que faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

2.12) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros contratuais, tributos a recuperar e indenizações contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, dívidas com a Fundação Corsan, obrigações contratuais referentes aos contratos de programa e contratos de repasse.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.13) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

As provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de implementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.15) Impostos e contribuições

Contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Contribuição social diferida

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN



Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Bannrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Imunidade de impostos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020.

A Corsan apresentou, em janeiro de 2021, petição de implementação da fase de cumprimento de sentença, postulando a devolução, através de precatório, da quantia de R\$1.408.327, valor este registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo não circulante, sendo R\$863.356 reconhecidos como recuperação de impostos pagos na rubrica de outras receitas e R\$544.971 como atualização do valor principal na rubrica de receitas financeiras. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. O índice utilizado para todo o período foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais. A partir da expedição, o prazo de realização do precatório é estimado em seis meses. Em virtude dos trâmites processuais pode decorrer um certo tempo até a expedição do precatório, motivo pelo qual a Administração espera que a expedição e respectiva realização do precatório se dê no exercício de 2022.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu os montantes a pagar de R\$25.341 referente a Pasep/Cofins e R\$49.105 a título de CSLL no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialista tributário, entende que a tributação para fins de Pasep/Cofins e CSLL do ganho decorrente do trânsito em julgado desse processo deverá ocorrer apenas sobre o valor da atualização monetária e quando da expedição do precatório, à medida que o valor for recebido pela Companhia.

Contribuições sobre receitas de serviços

As receitas de serviços estão sujeitas as seguintes contribuições, pelas alíquotas básicas, de acordo com as normas tributárias:

	Alíquotas
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

2.16) Reconhecimento da receita

Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas ou estimadas (0,80% em 31 de dezembro de 2020 e 1,27% em 31 de dezembro de 2019).

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.17) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na nota 26d.

2.18) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/(IAS 7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.19) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, as contas a receber de longo prazo e os ativos e passivos de arrendamento foram ajustados a valor presente.

2.20) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.21) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.22) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriado em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.23) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo.

Conforme o ICPC 01(R1)/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

2.24) Reserva de retenção de lucros e de lucros a realizar

A reserva de retenção de lucros é constituída do saldo remanescente após as destinações para a reserva legal e dividendos obrigatórios e compensação de eventuais prejuízos acumulados.

Eventualmente, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei nº 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Os lucros que deivarem de ser distribuídos em decorrência destas circunstâncias serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo quando realizado.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a faturar

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a faturar. A contabilização é realizada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

Tributo diferido ativo é reconhecido para toda a base negativa de CSLL e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização das referidas bases negativas de CSLL. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Imunidade de tributos federais

A Companhia teve reconhecida a imunidade tributária para impostos federais por se tratar de sociedade de economia mista prestadora de serviço público de cunho essencial e exclusivo, conforme ação transitada em julgado, motivo pelo qual não recolhe o IRPJ e ITR desde o ano de 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu a indenização referente ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 2.15.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indícios de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a averiguação das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS

Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia observou que as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente não provocaram impacto nestas demonstrações financeiras e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

As normas, com adoção prevista para o exercício de 2021 ou após, estão sendo avaliadas pela Companhia com relação ao impacto em suas demonstrações financeiras:

Alteração do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19
Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil com consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Companhia não teve impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras.

Novos CPC/IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de informação financeira do IASB)

Alteração do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40(R1)/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros
Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

Melhorias anuais nos CPC/IFRS 2018-2020

Efetua alterações nas normas CPC 37 (R1)/IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; CPC 48/IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; CPC 06 (R2)/IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e CPC 29/IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC27/IAS 16 – Imobilizado

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 25/IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual

Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração do CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro

Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários livres	211.647	66.849
Depósitos bancários vinculados	21.620	26.132
Total	233.267	92.981

Na conta depósitos bancários livres há um saldo de R\$ 151.644 depositados na conta SIAC, vinculada ao Governo do Estado do RS, conforme determinado no Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, os quais possuem liquidez imediata.

A conta depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos mantem-se aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

Banco	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.676	-
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.663	-
Total Circulante		11.339	-

Banco	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	-	7.490
Banrisul Garantia Debêntures	2021	-	3.537
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	6.508	5.745
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	2.027	1.909
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	7.142	6.102
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	46.516	45.413
Banrisul Reserva PPP	2055	3.013	-
Total Não Circulante		65.206	70.196

Referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de empréstimos/financiamentos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber vincendas		
Particular	200.863	182.888
Pública	6.654	8.520
Contas a receber vencidas		
Particular	268.909	196.487
Pública	8.464	12.062
Receitas a faturar	93.253	92.651
Total de contas a receber	578.143	492.608
Provisão para perdas esperadas	(159.003)	(127.729)
	419.140	364.879
Circulante	415.615	359.533
Não circulante	3.525	5.346

Provisão para perdas esperadas	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(127.729)	(117.788)
Adições	(60.942)	(20.303)
Reversões/realização de perda	29.668	10.362
Saldo no final do exercício	(159.003)	(127.729)

A provisão para perdas esperadas foi constituída considerando a expectativa de perda futura de contas a receber de clientes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019		
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	200.863	6.654	182.888	8.520
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	62.067	3.873	58.765	5.908
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	24.913	856	19.144	573
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	10.221	145	6.643	178
Créditos vencidos - mais de 181 dias	171.708	3.590	111.935	5.403
Total	469.772	15.118	379.375	20.582

Para melhor apresentação dos saldos de contas a receber vencidas, a Companhia realizou a reclassificação dos saldos de 31 de dezembro de 2019, os quais eram apresentados pelo valor líquido das faturas vencidas a mais de 181 dias. Essa reclassificação foi realizada nas linhas de contas a receber particular e pública, no montante de R\$ 110.527 e R\$ 3.487, respectivamente e na linha provisão para perdas esperadas, no montante de R\$ 114.014.

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de pagamentos recíprocos com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.16).

7. ESTOQUES

	31/12/2020	31/12/2019
Tubulações de água e esgoto	69.132	72.322
Materiais de tratamento/laboratório	6.448	5.889
Materiais elétrico e mecânico	4.435	5.311
Materiais de segurança e ambiental	6.468	5.622
Equipamentos de informática e telecomunicações	3.728	3.440
Materiais diversos	14.678	5.377
Provisão para perda	(1.906)	(3.425)
Total	102.983	94.536

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de contratos.

Provisão para perdas de estoque	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(3.425)	-
Adições	-	(3.425)
Reversões	1.519	-
Saldo no final do exercício	(1.906)	(3.425)

A reversão da provisão para perdas de estoque considerou o histórico de baixas nos últimos cinco anos.

8. TRIBUTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Classificados no ativo não circulante	66.694	91.313
Contribuição social diferida	66.694	91.313
Classificados no passivo não circulante	41.362	16.727
Pasep e Cofins diferidos	41.362	16.727

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

a) Créditos fiscais diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	944.110	846.590
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	14.646	12.314
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	860.661	789.675
Provisões para perda esperada	44.989	13.715
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Precatório Prefeitura de Novo Hamburgo	(103.941)	(98.417)
Reserva de reavaliação	(58.149)	(58.084)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(215.586)	(230.467)
Encargos financeiros capitalizados	(264.338)	(255.360)
Variação cambial tributada por regime de caixa	-	1.940
Atualização monetária precatórios	(1.095)	(6.154)
Atualização monetária imunidade tributária	(544.970)	-
Outras provisões e diferenças temporárias	55.106	(10.771)
Total das diferenças temporárias	741.043	1.014.591
Alíquota vigente	9%	9%
Total da contribuição social diferida líquida	66.694	91.313

Quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidente sobre os valores relativos ao precatório proveniente da ação judicial aforada para a obtenção de imunidade tributária de impostos federais (IRPJ e ITR), a Superintendência Jurídica da Companhia exarou parecer, em consonância ao parecer de especialista tributário, indicando que não incide tal contribuição sobre o principal a ser recuperado, desde que, em períodos anteriores, não tiverem sido computados como despesa dedutível da base de cálculo da CSLL, bem como que, sobre o resultado da atualização monetária do principal, deve incidir a CSLL.

	31/12/2020	31/12/2019
Conciliação alíquota efetiva		
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	1.896.417	635.527
Alíquota vigente	9%	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(170.678)	(57.197)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	8.770	10.257
Ganho da Imunidade Tributária IRPJ	77.645	-
Outras diferenças permanentes	2.240	(921)
Contribuição social no resultado	(82.023)	(47.861)
Corrente	(49.042)	(31.343)
Diferido	(32.981)	(16.518)
Alíquota efetiva	4%	8%

b) Débitos fiscais diferidos

	31/12/2020			31/12/2019		
	Cofins	Pasep	Total	Cofins	Pasep	Total
RTT	34.971	6.391	41.362	13.744	2.983	16.727
Valor passivo	(34.971)	(6.391)	(41.362)	(13.744)	(2.983)	(16.727)

Os débitos fiscais diferidos, reconhecidos sob o RTT, se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal e também ao diferimento de tributos incidentes sob o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia.

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição tornou-se obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda a recuperar	-	-	1.418.589	9.892
Contribuição social a recuperar	21	10.384	11.768	1.074
Total	21	10.384	1.430.357	10.966

Imposto de renda a recuperar referente a imunidade tributária reconhecida conforme descrito na nota 2.15.

9. INDENIZAÇÕES CONTRATUAIS

Município	Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Bagé	Faturas de água	-	9.549
Cachoeirinha	Tributária	-	1.010
Erechim	Indenizatória	411	-
a) Novo Hamburgo	Serviço da dívida	41.942	39.162
b) Novo Hamburgo	Indenização ao patrimônio	145.112	142.487
c) Novo Hamburgo	Faturas de água	32.642	32.523
São Gabriel	Tributária	47	37
		220.154	224.768

Os valores acima se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foi emitido precatório, e que resultaram em indenização conforme a natureza do processo. Os valores mais relevantes estão descritos abaixo:

Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraídos para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório em 20 de fevereiro de 2017. Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu R\$5.903.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado em 07 de junho de 1999, resultando na expedição de precatório em novembro de 2017.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado em 01 de julho de 2014, resultando na expedição de precatório em 01 de fevereiro de 2018.

O município de Novo Hamburgo está em regime especial de pagamento de precatórios, e deverá liquidar estes precatórios até o final de 2024.

Bagé:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.2084867-9, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Bagé condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo município relativas ao período de 04/1987 a 09/1992. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório. O valor foi integralmente recebido em 1º de abril de 2020.

Cachoeirinha:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 086/1.15.0000427-4, que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha, restou o Município de Cachoeirinha condenado a ressarcir à Corsan o IPTU pago pela Companhia no período de 2010 a 2015, já que a Corsan é imune a tal imposto. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório. O valor foi integralmente recebido.

10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 29 itens patrimoniais foram imobilizados, totalizando R\$ 55.314 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve imobilizações deste tipo de itens patrimoniais).

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos com prefeituras municipais	5.025	422
Adiantamento de férias e 13º salário	3.747	5.427
Indenizações judiciais a receber	1.477	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	2.011	1.818
Valores a compensar	209	262
Prêmio de seguro	618	-
Créditos diversos	177	376
	13.264	9.782
Circulante	11.630	8.063
Não circulante	1.634	1.719

A Companhia possui um convênio com a Prefeitura de Sapiranga e com a Caixa Econômica Federal para execução de obras de esgotamento e abastecimento de água no município. Atualmente há tratativas para firmar um termo aditivo que disciplinará a regularidade destes repasses que estão atualmente contabilizados na rubrica "Créditos com prefeituras municipais" e que com a regularização serão apropriados à obra e passarão a compor o saldo do ativo intangível da Corsan.

12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, R\$588.827 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor real da infraestrutura ao final das concessões (R\$341.039 em 31 de dezembro de 2019). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros	1.348.229	872.825
(-) Ajuste a valor presente	(759.402)	(531.786)
Total	588.827	341.039
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	341.039	365.781
Constituição/realização de AVP	36.435	31.241
Adições	752	-
Baixas	(2.892)	(26.209)
Transferências líquidas	213.493	(29.774)
Saldo no final do exercício	588.827	341.039

O ajustes a valor presente (AVP) são contabilizados como conta redutora do ativo financeiro e como acréscimo do ativo intangível. A realização é calculada mensalmente pela mesma taxa de desconto (WACC), gerando uma receita financeira de ajuste a valor presente que acresce o ativo financeiro e uma despesa de amortização que reduz o ativo intangível.

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

Atualmente a Companhia está pleiteando judicialmente a indenização pelos investimentos realizados nos municípios de Uruguaiana, São Gabriel e Teutônia, com os quais os contratos foram encerrados:

a) **Uruguaiana:** No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$32.190 (R\$32.190 em 31 de dezembro de 2019).

b) **São Gabriel:** Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$3.831 (R\$3.831 em 31 de dezembro de 2019).

c) **Teutônia:** Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$292 (R\$296 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referem-se ao ativo construído no município e que é objeto da indenização pelo poder concedente e serão atualizados a partir do trânsito em julgado.

13. ATIVOS DE CONTRATOS

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2018	1.358.820	37.500	1.396.320
Adições	272.230	1.398	273.628
Baixas e perdas	(64)	-	(64)
Transferências para intangível	(39.051)	(5.590)	(44.641)
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243
Adições	311.586	21.896	333.482
Baixas e perdas	(19.247)	-	(19.247)
Transferências	(732.258)	(33.060)	(765.318)
Saldos em 31/12/2020	1.152.016	22.144	1.174.160

As adições compreendem R\$97.292 para sistemas de água e R\$214.294 para sistemas de esgoto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 1.646 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

O critério de classificação está descrito na nota 2.10.

14. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2018	22.128	384.482	3.070	409.680
Adições	24	19.563	411	19.998
Baixas	-	(58)	-	(58)
Transferências	382	851	(1.734)	(501)
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Adições	40	31.963	926	32.929
Baixas	-	(2.743)	-	(2.743)
Transferências	-	(6.264)	-	(6.264)
Saldos em 31/12/2020	22.574	427.794	2.673	453.041

Depreciação	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)
Depreciações	(343)	(21.257)	-	(21.600)
Baixas	-	23	-	23
Transferências	-	70	-	70
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Depreciações	(336)	(21.496)	-	(21.832)
Baixas	-	1.759	-	1.759
Transferências	-	1.318	-	1.318
Saldos em 31/12/2020	(20.023)	(308.294)	-	(328.317)

Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557
Saldos líquidos em 31/12/2020	2.551	119.500	2.673	124.724

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$11.394 (R\$10.913 em 31 de dezembro de 2019), R\$1.437 (R\$1.828 em 31 de dezembro de 2019) como despesa comercial e R\$9.001 (R\$8.859 em 31 de dezembro de 2019) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Edifícios	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	144.558	9.086	27.978	246.172	427.794
(-) Depreciação acumulada	(117.908)	(7.169)	(18.962)	(164.255)	(308.294)
Saldos líquidos em 31/12/2020	26.650	1.917	9.016	81.917	119.500

15. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2018	1.156.385	1.103.411	187.667	-	2.447.463
Adições	17.630	3.491	8.928	7.998	38.047
Baixas	(12.626)	-	(2)	-	(12.628)
Transferências	55.870	32.479	7.154	-	95.503
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385

Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Adições	22.366	527	20.985	5.921	49.799
Baixas	(3.800)	-	(42)	-	(3.842)
Transferências	252.387	307.783	65.711	-	625.881
Saldos em 31/12/2020	1.488.212	1.447.691	290.401	13.919	3.240.223

Amortização	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2018	(354.957)	(211.712)	(75.366)	-	(642.035)
Amortizações	(53.741)	(36.426)	(13.273)	-	(103.440)
Baixas	12.565	-	2	-	12.567
Transferências	-	-	(78)	-	(78)
Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)

Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Amortizações	(64.852)	(45.801)	(14.267)	-	(124.920)
Baixas	3.783	-	22	-	3.805
Transferências	-	-	(1.603)	-	(1.603)
Saldos em 31/12/2020	(457.202)	(293.939)	(104.563)	-	(855.704)

Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.9
-------------------------------	---------	---------	---------	-----

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	44.247	41.228
Pasep/Cofins (9,25%)	4.093	3.814

e) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06(R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06(R2).

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, a Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias descontadas:

	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento				
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	43.858	20.030	3.390	1.856
Fluxo com projeção da inflação	45.314	20.672	3.479	1.913
Variação	3,32%	3,21%	2,63%	3,07%
Despesa financeira				
Contábil - CPC 06 (R2) / IFRS 16	3.132	1.290	192	105
Fluxo com projeção da inflação	3.236	1.335	198	108
Variação	3,32%	3,50%	3,25%	3,25%

17. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

A Corsan vem buscando a inserção no mercado de seguros, de modo a avaliar as alternativas e aplicabilidade adequada para a organização. Fruto inicial deste trabalho, a Companhia firmou contrato com a SOMPO SEGUROS S.A, para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros e administradores (D&O – Directors and Officers), com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 05/03/2021, sendo que já está em processo de renovação deste contrato de seguro por mais 365 dias.

Adicionalmente, a Corsan está visando a modelagem de processo licitatório para contratação de Seguradora, no mercado nacional, para oferecer cobertura e emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. A contratação contemplará, também, cobertura para demais modalidades de garantias como contratos, licitações, comercialização de energia, entre outras.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	53.837	42.504	123.975	136.825
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	9.498	466	82.279	59.950
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	37.209	315	71.183	107.051
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	-	14.980	-	-
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	11.361	10.644	175.792	190.816
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	76	73	771	840
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.759	1.873	13.888	15.164
Prefeitura Municipal de Sapiranga	UPR	5,00%	15/09/31	299	-	3.306	-
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	342	344	1.902	2.203
Total				114.381	71.199	473.096	512.849

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Corsan firmou 7 Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES – CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interventor Anuente – Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos, financiamentos e debêntures com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.

As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 todos os covenants relativos aos contratos de empréstimo em que a Companhia é parte foram atendidos.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	2020	2019
2022	80.065	74.055
2023	72.334	69.374
2024	36.596	34.309
2025	37.853	35.598
2026	39.217	37.000
Após 2026	207.031	190.712
Total	473.096	441.048

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BID	CEF	Prefeituras	Total Calculado
Saldo em 31/12/2018	208.859	50.447	101.311	28.902	199.755	21.798	611.072
Captação	10.734	9.950	-	-	38.705	126	59.515
Pagamento de principal	(40.840)	-	-	(13.732)	(37.023)	(2.787)	(94.382)
Pagamento de juros	(14.764)	(3.762)	(2.591)	(1.030)	(16.273)	(1.284)	(39.704)
Provisão de juros e variação cambial	15.340	3.781	8.646	840	16.296	2.644	47.547
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	584.048
Saldo em 31/12/2019	179.329	60.416	107.366	14.980	201.460	20.497	584.048
Captação	16.313	30.600	-	-	26.546	3.973	77.432
Pagamento de principal	(23.584)	(1.829)	(3.091)	(17.023)	(40.829)	(3.408)	(89.764)
Pagamento de juros	(5.826)	(3.950)	(1.572)	(529)	(15.692)	(1.202)	(28.771)
Provisão de juros e variação cambial	11.580	6.540	5.689	2.572	15.669	2.482	44.532
Saldo em 31/12/2020	177.812	91.777	108.392	-	187.154	22.342	587.477

19. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
1ª Emissão	TJLP 1,92%	197	2.370	-	197
2ª Emissão	IPCA 1,92%	4.367	4.258	-	4.105
3ª Emissão	TJLP 1,92%	247	2.963	-	246
Total		4.811	9.591	-	4.548

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 todos os covenants relativos aos contratos de debêntures em que a Companhia é parte foram atendidos.

20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cofins	Selic	12/2022	7.716	7.524	7.716	15.049
Pasep	Selic	12/2022	1.675	1.634	1.675	3.267
Contribuição social	Selic	12/2022	802	781	802	1.563
Imposto de renda	Selic	12/2022	5.451	5.316	5.451	10.632
Total			15.644	15.255	15.644	30.511

21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Alvorada	-	1.892
Bento Gonçalves	5.000	-
Canoas	-	18.000
Gravatá	-	11.493
Ijuí	8.000	-
Santa Maria	-	18.000
Santo Ângelo	-	4.219
Total	13.000	53.604
Circulante	9.000	53.604
Não circulante	4.000	-

22. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2020	31/12/2019
Convênio Sesi	191	140
Depósitos e retenções contratuais	6.012	4.780
Consignações a recolher	-	7.006
Outras contas a pagar	1.654	1.067
Total	7.857	12.993

23. CONTRATOS DE REPASSE

	31/12/2020	31/12/2019
Orçamento Geral da União - OGU	44.316	36.145
Agência Nacional de Águas - ANA	5.142	5.142
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	784	-
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	3.653	2.150
Total	53.895	43.437

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de dezembro de 2020, foi liberado um total de R\$357.629, referente a 44 contratos junto ao Ministério das Cidades e 08 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$302.489 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015 e 2020, R\$44.316 inscritos no passivo não circulante e R\$10.824 transferidos para AFAC, derivados de contratos de repasse em fase de conclusão e prestação de contas, bem como novas liberações no exercício de 2020.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação.

c) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2018, a carta-convênio referente a Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATN/OC-16407-BR e ATN/OC-16408-BR Apoio à Preparação do "Programa de Ampliação e Melhorias dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul –PROSASUL, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSASUL e gerar condições para sua execução eficiente.

d) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruquai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas de acordo com a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas, líquida dos depósitos judiciais vinculados é composta como segue:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações tributárias, cíveis e ambientais	165.672	(37.465)	128.207	119.744	(33.832)	85.912
Ações trabalhistas	694.989	(356.002)	338.987	669.931	(377.397)	292.534
Total	860.661	(393.467)	467.194	789.675	(411.229)	378.446
Circulante	186.602	(186.602)	-	193.821	(171.450)	22.371
Não circulante	674.059	(206.865)	467.194	595.854	(239.779)	356.075

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2019	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saques e reversões	31/12/2020
Ações tributárias, cíveis e ambientais	119.744	-	60.627	(14.699)	165.672
Ações trabalhistas	669.931	4.876	84.634	(64.452)	694.989
Subtotal	789.675	4.876	145.261	(79.151)	860.661
Depósitos judiciais vinculados	(411.229)	(191.486)	-	209.248	(393.467)
Total	378.446	(186.610)	145.261	130.097	467.194

Provisões

Ações trabalhistas

a) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2020, R\$12.776 (R\$13.265 em 31 de dezembro 2019).
b) Processo de nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul - Sintec, refere-se a diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2020 R\$4.957 (R\$9.450 em 31 de dezembro de 2019).
c) Processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizada pelo Sindiágua, refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2020 R\$14.081 (R\$12.769 em 31 de dezembro de 2019).

d) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.729 ações. Em 31 de dezembro de 2020, as provisões referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R\$663.175 (R\$634.447 em 31 de dezembro de 2019).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) O processo 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goeltes Lobato Engenharia, em 27/05/2016, ação em face da Corsan, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$26.911 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2019).

b) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 19/09/2016, processo sob nº 001/1.16.0124873-4, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$15.748 (R\$7.328 em 31 de dezembro de 2019).

c) O processo 026/1.13.00071

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2020	31/12/2019
Plano de benefício definido	677.425	609.084
Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE	251.875	223.033
Incentivo à demissão voluntária	14.810	14.473
	944.110	846.590
Contribuição esperada para a patrocinadora	2021	2020
Plano de benefício definido	95.202	135.174
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	10.542	10.497
Incentivo à demissão voluntária	7.365	11.923
Total	113.109	157.594

A Companhia reconheceu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, uma variação líquida de R\$4.611 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV". Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício "BD n° 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

	31/12/2020	31/12/2019
Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos		
Obrigações atuariais	3.373.558	3.308.708
Valor justo dos ativos do plano	(2.018.709)	(2.047.370)
Déficit apurado	1.354.849	1.261.338
Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	50%	50%
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	677.425	630.669
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 27.e)	-	(21.585)
Passivo atuarial provisionado	677.425	609.084

A Companhia possuía contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora Fundação Corsan que chegaram ao fim em dezembro de 2020. O valor devido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$21.585.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Movimentação do passivo (ativo) atuarial		
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	630.669	886.998
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	56.572	80.223
Contribuições do empregador vertidas no ano	(71.449)	(71.793)
Outros resultados abrangentes	61.633	(264.759)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	677.425	630.669

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2020, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2021 são explicadas no quadro a seguir:

	2021	2020
Custo do serviço corrente líquido	27.100	16.642
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	117.003	109.799
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(70.354)	(69.869)
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	73.749	56.572

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2020	2019
Valor das obrigações atuariais no início do ano	3.308.708	2.632.015
Custo do serviço corrente líquido	16.642	3.999
Custo do serviço corrente bruto	55.105	55.400
Contribuições esperadas dos participantes	(38.463)	(51.401)
Contribuições efetivas realizadas pelos participantes	20.709	60.513
Juros sobre obrigação atuarial	219.599	233.265
Benefícios pagos no ano	(179.909)	(184.419)
(Ganhos) perdas atuariais	(12.191)	563.335
Valor das obrigações atuariais no final do ano	3.373.558	3.308.708

Evolução do valor justo dos ativos

	2020	2019
Valor justo dos ativos no início do ano	(2.047.370)	(1.745.017)
Benefícios pagos durante o exercício	179.909	184.419
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	(42.852)	(60.513)
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	(71.449)	(71.793)
Rendimento esperado dos ativos no ano	(139.739)	(157.042)
Ganhos (perdas) atuariais	102.792	(197.424)
Valor justo dos ativos no fim do ano	(2.018.709)	(2.047.370)

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	2020	2019
Econômicas e financeiras		
Taxa real de desconto atuarial	3,69%	3,29%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,69%	3,29%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	2,30%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	7,13%	7,02%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,13%	7,02%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,26%	5,99%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,32%	3,61%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%

	2020	2019
Demográficas		
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI 2006 (M&F)	AT-1949 M&F (D15%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Premissa		
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	(11,36%)
	Redução de 1,0%	14,36%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	2,53%
	Redução de 1 ano	(2,28%)
Crescimento Real de Salários	Aumento de 1,0%	2,29%
	Redução de 1,0%	(1,89%)

A análise de sensibilidade demonstra qual seria o impacto no valor presente da obrigação atuarial do plano em caso de variação das premissas atuariais mais significativas.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos empregados vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos empregados que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	223.033	79.022
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	24.324	10.210
Contribuições do empregador vertidas no ano	(7.869)	(7.071)
Outros resultados abrangentes	12.387	140.872
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	251.875	223.033

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2020, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2021, são explicadas no quadro a seguir:

	2021	2020
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	10.848	8.648
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	17.876	15.676
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	28.724	24.324

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2020	2019
Valor das obrigações atuariais no início do ano	223.033	79.022
Custo do serviço corrente líquido	8.648	3.069
Juros sobre obrigação atuarial	15.676	7.141
Benefícios pagos no ano	(7.869)	(7.071)
Perdas atuariais	12.387	140.872
Valor das obrigações atuariais no final do ano	251.875	223.033

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

	2020	2019
Econômicas e financeiras		
Taxa real de desconto atuarial	3,80%	3,46%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,80%	3,46%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde)	3,75%	3,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os salários	Não aplicável	Não aplicável
Inflação esperada	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	7,25%	7,19%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,25%	7,19%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	7,19%	6,72%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%

	2020	2019
Demográficas		
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 M&F	MI-2006 M&F (D15%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Família Real	Família Real
Aging factor	Pesquisa Unidas 2018	Pesquisa Unidas 2018

	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Premissa		
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(9,50%)
	Redução de 0,5%	11,00%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	5,46%
	Redução de 1 ano	(5,31%)
HCCTR	Aumento de 0,5%	10,68%
	Redução de 0,5%	(9,32%)

Os impactos percentuais acima têm reflexo no passivo atuarial do plano, visto que não há ativos garantidores.

c) Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de junho de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completam as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 31 de dezembro de 2020 há 145 funcionários recebendo a indenização mensal.

O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 19.514 (R\$ 38.621 em 31 de dezembro de 2019).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$18.861 (R\$38.373 em 31 de dezembro de 2019).

Para fins de registro contábil da Corsan, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	2020	2019
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	14.473	57.090
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	309	2.585
Contribuições do empregador vertidas no ano	(18.861)	(38.372)
Outros resultados abrangentes	18.889	(6.830)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	14.810	14.473
Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado	2021	2020
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	370	309
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	370	309
Evolução do valor presente das obrigações atuariais	2020	2019
Valor das obrigações atuariais no início do ano	14.473	57.090
Juros sobre obrigação atuarial	309	2.585
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	522	4.077
Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(213)	(1.492)
Benefícios pagos no ano	(18.861)	(38.372)
(Ganhos) perdas atuariais	18.889	(6.830)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	14.810	14.473

	2020	2019
Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções		
Econômicas e financeiras		
Taxa real de desconto atuarial	0,00%	0,00%
Retorno real esperado sobre os ativos	0,00%	0,00%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	2,30%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	3,32%	3,61%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	3,32%	3,61%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,26%	5,99%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,32%	3,61%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,036%	1,01%

	2020	2019
Demográficas		
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F) (D15%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	IAPB-57 FRACA (D10%)
Taxa anual de rotatividade	0%	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

	Análise de Sensibilidade	Impacto (%)
Premissa		
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(0,02%)
	Redução de 1 ano	0,02%
Crescimento Real de Salários	Aumento de 1,0%	(0,28%)
	Redução de 1,0%	0,28%

Os impactos percentuais acima têm reflexo no passivo atuarial do plano, visto que não há ativos garantidores.

d) Investimentos

O retorno dos investimentos do plano da Fundação Corsan em 2020 foi de R\$ 252.220 (R\$238.788 em 2019).

	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 porcentagem ou faixa de porcentagem
Segmento	2020	2019	Limite
Renda fixa	73,72%	74,34%	100%
Renda variável	10,97%	9,81%	70%
Investimentos estruturados	9,77%	9,03%	20%
Carteira de imóveis	3,96%	4,65%	20%
Empréstimos	1,57%	2,17%	15%
Disponível	0,01%	0,00%	-
Fundo Garantidor	100%	100%	

e) Fundação Corsan

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período totalizou R\$2.191, líquido dos efeitos tributários (R\$(16.894) em 31 de dezembro de 2019). Os valores de R\$(25.446) e R\$(1.348) referem-se a reversão de IRPJ em função da imunidade tributária (nota 2.15).

	31/12/2020	31/12/2019
Realização das reservas	2.191	9.900
Reversão de tributos sobre reserva de reavaliação	-	(25.446)
Reversão de tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.348)
	2.191	(16.894)

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuárias passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$141.478, líquida dos seus efeitos tributários (R\$56.931 em 31 de dezembro de 2019).

d) Remuneração aos acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos da Companhia prevê que, do lucro líquido ajustado, no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo. Para o exercício de 2020, conforme ata de Reunião de Diretoria nº 19, de 31 de março de 2020, ratificado pelo Conselho de Administração em reunião dia 24 de abril de 2020, foi deliberado que do lucro líquido ajustado, em consonância com a cláusula contratual de adesão ao *Standstill* das operações diretas junto ao BNDES, 25% será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	1.814.394	301.153
(-) Reserva legal (5%)	(90.720)	(15.058)
(-) Ajustes lei nº 12.973/14	-	(1.114)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(17)	(58)
Base de cálculo para dividendos	1.723.656	284.923
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	430.914	113.969
Reserva de lucros a realizar	(333.470)	-
Total dos juros e dividendos distribuídos	97.444	113.969

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos calculados por tipo de ação são apresentados a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	JSCP atribuído a dividendos
Ações ordinárias	46.402
Ações preferenciais	51.042
Total	97.444

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração dos acionistas por ação:

Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	Quantidade	Remuneração total	Remuneração por ação
Ações ordinárias	315.592.525	46.402	0,14703
Ações preferenciais	315.592.525	51.042	0,16173
Total	631.185.050	97.444	0,30876

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$97.444 (R\$113.969 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do exercício foi reduzida em R\$8.770 (R\$10.257 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais, dividendos e reserva de lucros a realizar, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva de retenção de lucros está superior ao valor do capital social da Companhia, em desacordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76. Tramita entre os órgãos competentes o processo de integralização de parte desta reserva para equacionamento e regularização, que será apreciada em reunião do Conselho de Administração marcada para 26 de fevereiro de 2021.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar, constituída no valor de R\$ 333.470, compreende a parcela do lucro que não foi realizado e que seria distribuída como dividendos. A parcela não realizada do lucro é proveniente do reconhecimento do ganho da ação referente à Imunidade Tributária para impostos federais conforme descrito na nota 2.15.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$10.824 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 47.183 em 31 de dezembro de 2019), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

g) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	950.397	143.406
Ações preferências	863.997	157.747
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	315.592.525	306.756.816
Média ponderada de número de ações preferências	315.592.525	306.756.816
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	2,73770	0,46749
Por ação preferencial	3,01147	0,51424

27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Barrisul, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – FunCorsan, Instituto de Previdência do Estado – IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2020	31/12/2019
Contas de água e esgoto - saldo a receber	9.943	11.516
Rendimentos do caixa único do Estado	5.970	2.214
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(345.205)	(285.761)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$52.806 (R\$56.575 em 31 de dezembro de 2019).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Barrisul

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$403 (R\$404 em 31 de dezembro de 2019).

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasse no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 7.877 (R\$ 8.262 em 31 de dezembro de 2019).

c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 50.720 (R\$ 56.507 em 31 de dezembro de 2019). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.390 (R\$4.813 em 31 de dezembro de 2019).

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$41.450 (R\$37.605 em 31 de dezembro de 2019). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.618 (R\$3.014 em 31 de dezembro de 2019).

e) Fundação Corsan

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante	
				31/12/2020	31/12/2019
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	-	21.585
				-	21.585

O contrato refere-se a parcelamento de custo de serviço passado e está garantido pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite da obrigação (principal e encargos).

f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$18.670 (R\$16.788 em 31 de dezembro de 2019). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$4.468 (R\$5.338 em 31 de dezembro de 2019).

g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	2020	2019
Remuneração e benefícios	3.425	3.108
Encargos sociais	491	354
Total	3.916	3.462

28. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Serviços de abastecimento de água	2.906.689	2.690.499
Serviços de esgoto	220.724	189.125
Receitas de construção	316.509	237.983
Deduções de receitas de serviços	(290.469)	(268.117)
	3.153.453	2.849.490

29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26(R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	2020	2019
Pessoal	1.170.058	1.116.155
Materiais	120.586	105.872
Energia elétrica	295.232	297.967
Serviços de terceiros	374.101	322.910
Gerais	135.104	270.223
Depreciações e amortizações	170.519	148.151
Provisões	90.817	70.953
Custos de construção	313.991	235.009
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(952.943)	(336.176)
Total	1.717.465	2.231.064
Classificados como:		
Custos dos serviços	2.088.042	1.984.344
Despesas comerciais	134.418	138.861
Despesas administrativas	447.948	444.035
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(952.943)	(336.176)
	1.717.465	2.231.064

Outras receitas operacionais	2020	2019
Receita de serviços técnicos e locações	1.018.528	390.043
Doações e subvenções	2.879	3.760
Recuperação de receitas	1.138	19.856
Reversão PDD	12.375	12.180
Reversão de provisão para perda de estoque	-	3.774
Reversão de provisão precatórios	1.520	-
Reconhecimento de precatório	-	143.100
Indenização Imunidade tributária	399	74.848
Indenizações e ressarcimentos	863.356	-
Reversão de provisões para causas judiciais	1.901	2.250
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	129.294	116.922
Receitas não operacionais	843	12.688
Outras despesas operacionais	4.823	665
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(65.585)	(53.867)
Baixa patrimonial Novo Hamburgo	(17.593)	(16.952)
Baixa de ativos	-	(21.186)
Pasep/Cofins diferido	(20.646)	(347)
Outros tributos e taxas	(25.085)	(9.673)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(2.261)	(5.709)
	952.943	336.176

No exercício de 2019, com base no parecer da Superintendência Jurídica, que reforça que os precatórios do município de Novo Hamburgo vêm sendo pagos regularmente, e a posição da Administração de não haver perspectiva de retomada do sistema neste município, a Companhia reverteu a provisão para perda constituída no valor de R\$ 143.100.

As reversões das provisões foram realizadas conforme descritas nas notas 2.13 e 2.14. A receita proveniente do ganho da imunidade tributária está descrita na nota 2.15.

Do valor registrado em baixa de ativos, (R\$20.646) refere-se a baixa de projetos e obras de anos anteriores que não se realizaram e compõe o saldo de baixas do imobilizado (nota 14) e intangível (nota 15).

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras	643.637	77.063
Juros ativos	35.926	32.709
Variações monetárias ativas	6.600	5.456
Receitas financeiras pela realização de AVP	36.435	31.242
Variações cambiais ativas	569	3.702
Atualização de precatórios	11.469	-
Atualização indenização imunidade tributária	544.971	-
Outras receitas financeiras	7.667	3.954
Despesas financeiras	(183.208)	(59.962)
Juros e taxas sobre financiamentos	(28.982)	(23.785)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(1.664)	(3.017)
Variações monetárias passivas	(146.452)	(25.097)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(3.151)	(4.022)
Variações cambiais passivas	(2.885)	(3.866)
Outras despesas financeiras	(74)	(175)
Resultado financeiro líquido	460.429	17.101

Conforme descrito na nota 2.15, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu o ganho com o trânsito em julgado da discussão de imunidade tributária, de forma que a parte correspondente à atualização monetária sobre o principal de IRPJ e ITR totaliza R\$544.971 contabilizado como receitas financeiras.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

Em 2020 a Companhia assinou um aditivo de contrato para todos os financiamentos firmados junto ao BNDES, o qual suspende o pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios pelo período de seis meses (abril a setembro de 2020). O montante que deixou de ser pago durante o período de suspensão foi capitalizado a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela suspensão temporária de pagamentos.

A adoção desta suspensão trouxe um incremento de aproximadamente 2,35% no saldo devedor, não apresentando aumento significativo no custo da dívida ou impacto relevante no resultado da companhia, tanto no exercício atual, quanto no custo total do financiamento.

As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionadas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<i>Ativos</i>			
<i>Valor justo por meio do resultado</i>			
Aplicações financeiras	5.b, 19	76.545	70.196
<i>Custo amortizado</i>			
Caixa e equivalentes	5.a	233.267	92.981
Contas a receber de clientes	6	419.140	364.879
Ativos financeiros	12	588.827	341.039
Tributos a recuperar	8.c	1.430.357	10.966
Indenizações contratuais	9	220.154	224.768
Total		2.968.290	1.104.829

Descrição	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<i>Passivos</i>			
<i>Custo amortizado</i>			
Fornecedores		118.988	123.106
Empréstimos e financiamentos	18	587.477	584.048
Debêntures	19	4.811	14.139
Dívidas Fundação Corsan	27.e	-	21.585
Obrigações contratuais	21	13.000	53.604
Contratos de repasse	23	53.895	43.437
Total		778.171	839.917

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.12.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2020 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desprezando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

A manutenção da análise de sensibilidade com a utilização dos parâmetros de variação para cenários de 25% e 50% mostram-se adequados, a partir de referências em *benchmarks* do setor, bem como publicações de expectativas de mercado do BACEN.

Operação	Risco	2021	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(209.496)	-	-	-	-	
Empréstimos	TJLP	(177.812)	(6.245)	(5.204)	(7.806)	(9.757)	(11.709)
Empréstimos	IPCA	(91.777)	(2.452)	(2.044)	(3.065)	(3.832)	(4.598)
Empréstimos	SELIC	(108.392)	(2.601)	(2.168)	(3.252)	(4.065)	(4.878)
Debêntures	TJLP	(4.811)	(169)	(141)	(211)	(264)	(317)
		(592.288)	(11.467)	(9.556)	(14.334)	(17.918)	(21.501)
Indexador	TR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TJLP		3,51	2,93	4,39	5,49	6,59
	IPCA		2,67	2,23	3,34	4,18	5,01
	SELIC		2,40	2,00	3,00	3,75	4,50

Fontes:

Relatório Focus

Publicação CMN

No mês de setembro foi quitado o financiamento que a Companhia havia contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba, sendo este o único financiamento com envolvimento de taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui empréstimos com incidência de taxas de câmbio.

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de financiamentos e debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	18	587.477	584.048
Debêntures	19	4.811	14.139
Fornecedores		118.988	123.106
Parcelamento de impostos e contribuições	20	31.288	45.766
Dívida Fundação Corsan	27.e	-	21.585
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(233.267)	(92.981)
(-) Aplicações financeiras	5	(76.545)	(70.196)
Dívida líquida		432.752	625.467
Patrimônio e adiantamentos		4.043.521	2.400.294
Capital social e dívida líquida		4.476.273	3.025.761
Quociente de alavancagem		9,67%	20,67%

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 10 de fevereiro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 4ª (quarta) emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em até 4 séries, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da instrução CVM 476, no montante total de R\$ 600 milhões.

ROBERTO CORREA BARBUTI Presidente	Conselho de Administração MARIO ENGLER PINTO JUNIOR Presidente	Conselho Fiscal FELIPE HENRIQUE GIARETTA KEVIN CHAVES KRIEGER MARIA BETÂNIA BRAUN Conselheiros
ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA FABIANO SIQUEIRA JEAN CARLO FLORES BORDIN JÚLIO ELOI HOFER LILIANI ADAMI CAFRUNI Diretores	GIOVANNI FIORESE HENRIQUE ZANDONÁ LUIZ GUSTAVO DE SOUZA KARLA PERTOCCO TRINDADE PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA ROBERTO CORREA BARBUTI Conselheiros	GRAZIELA BOHN FLORES Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos Administradores e Acionistas Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita não faturada – Notas 3 e 28

O reconhecimento da receita inclui uma estimativa referente aos serviços prestados, com base na média de volume consumido, mas ainda não faturados aos consumidores, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o final de cada período de reporte.

Em função do grau de julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas para a mensuração dessa estimativa, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita não faturada, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa dessa receita.

Efetuamos o recálculo, em base de testes, da estimativa de faturamento e confronto com os registros contábeis no encerramento do exercício. Também efetuamos comparação dessa estimativa com a receita faturada no mês subsequente.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na mensuração da receita não faturada são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Ativos financeiros contratuais, ativos de contrato e intangível – Notas 2.4, 2.10, 2.11, 12, 13 e 15

A Companhia tem saldos relevantes registrados como Ativos Financeiros Contratuais, Ativos de Contrato e Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2020, relacionados a investimentos realizados em consonância com os contratos de concessão de serviços de saneamento.

Os valores registrados como Ativos de Contrato referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção que, após sua conclusão, são transferidos para a operação. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados que não serão completamente amortizadas ao final do prazo da concessão e serão indenizadas pelo Poder Concedente. Os valores registrados no Ativo Intangível representam os investimentos que possuem expectativa de recuperação ao longo das concessões, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários.

Em virtude da relevância dos valores envolvidos, da complexidade envolvida na bifurcação e no cálculo do valor presente dos ativos financeiros, bem como da avaliação de indicadores de perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis, consideramos os ativos da concessão como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados com a classificação e mensuração dos contratos de concessão. Inspecionamos, em bases amostrais, os documentos suporte das adições ocorridas durante o exercício na conta Ativos de Contrato, bem como recalculamos e analisamos a razoabilidade das taxas de capitalização de juros e as margens de construção utilizadas. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência de ativos em construção para a operação.

Efetuamos o recálculo do ajuste a valor presente dos Ativos Financeiros Contratuais e das amortizações do ativo intangível reconhecidas no exercício, comparando-os com os saldos contábeis.

Avaliamos a adequação da metodologia e premissas adotadas pela Administração para a identificação de indicadores de perda no valor dos ativos financeiros e intangível. Efetuamos leituras das divulgações efetuadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na contabilização dos contratos de concessão são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Porque é um PAA

Imunidade de impostos federais – Notas 2.15 e 8 (c)

A Companhia registrou, no exercício, créditos fiscais no valor de R\$ 1.408.327 mil, decorrente de trânsito em julgado favorável da ação em que pleiteava a imunidade de determinados impostos federais, bem como o direito a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018. A administração da Companhia apresentou, em janeiro de 2021, petição requerendo a devolução desse valor por meio de precatórios, com prazo estimado, pela administração, para recebimento em 2022.

Em virtude da relevância do valor envolvido e dos julgamentos da administração na determinação da forma e prazo estimado de realização do crédito tributário, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos, com o apoio de nossos especialistas tributários:

Efetuamos leitura e entendimento da decisão judicial, bem como discutimos com a Administração o mérito reconhecido pela sentença e a metodologia de cálculo aplicada, fundamentados em opinião legal emitida por assessores jurídicos internos da administração.

Testamos, em base amostral, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos impostos a recuperar, incluindo a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto da ação judicial.

Inspecionamos a documentação relacionada com a petição do precatório. Efetuamos entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da classificação do saldo no ativo não circulante.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 10 de março de 2020, sem ressalvas e com os seguintes parágrafos de ênfases: a) Seguros: não adoção de políticas de transferência de risco de sinistro, não promovendo a contratação de seguros, b) FUNCORSAN: não recebimento do Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras, nem o parecer do atuarário da Fundação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e c) Indenizações Contratuais - Município de Novo Hamburgo - RS, onde foi reconhecido o dever do citado Município em indenizar a Companhia, entretanto, considerando que o Município está em um regime especial de pagamento de precatórios, conforme Emenda Constitucional 99/2017, deverá efetuar o pagamento dessa dívida até o final de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Adriano Machado
Contador CRC 1PR-042584/O-7

RESUMO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 20 de junho de 2018 e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência, assim como, aqueles para o exercício da função e foram empossados em 01/Jul/2018.

2. RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 40 reuniões (27 em 2019), incluindo reunião conjunta com o Conselho Fiscal. As reuniões contemplaram um total de 143 pautas (78 em 2019).

3. DESCRICÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 – Diretoria
- 3.2 – Auditoria Interna
- 3.3 – Auditoria Externa
- 3.4 – Demonstrações Financeiras
- 3.5 – Partes Relacionadas
- 3.6 – Controles Internos, Gestão de Riscos e Conformidade
- 3.7 – Canal de Denúncias, apurações e Comissão de Ética
- 3.8 – Corsan Íntegra

- 3.9 – Benefício pós emprego / FUNCORSAN – Fundação Corsan
- 3.10 – Avaliação de riscos das contingências judiciais passivas
- 3.11 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD
- 3.12 – Remuneração anual dos Administradores
- 3.13 – Parceria Público Privada (PPP)
- 3.14 – Treinamento

4 – CONCLUSÃO

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame da minuta do Relatório das Demonstrações Financeiras, recebida em 05/mar/2021 acompanhadas das respectivas notas explicativas, assim como tomou assim como tomou conhecimento da opinião dos Auditores Externos, datada em 16 de março de 2021, de que as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em todos aspectos relevantes e todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Considerando as análises e discussões realizadas pelo CAE no transcorrer de suas reuniões, assim como os trabalhos de supervisão, exceto por aquilo informado ao Conselho de Administração, o Comitê entende que os fatos relevantes trazidos a seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2020. Sendo assim, não há óbice por parte do CAE para a apreciação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

Marco Antônio Mayer Foletto
Coordenador do CAE

Luiz José Nogueira Lima
Membro do CAE

Nilton dos Santos
Membro do CAE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas relativas ao exercício de 2020. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração durante todo o exercício social e à vista do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalva, de 16 de março de 2021, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, do

exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como as propostas de destinação do lucro líquido e do orçamento de capital, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

Kevin Chaves Krieger

Maria Betânia Braun

Felipe Henrique Giarett